



# Anais da Assembléia

N. 114

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 13 DE OUTUBRO DE 1987

ANO XIII

1.<sup>a</sup> SESSÃO LEGISLATIVA DA 11.<sup>a</sup> LEGISLATURA  
ATA DA 96.<sup>a</sup> SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM 13 DE OUTUBRO DE 1987

TERÇA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Antônio Annibelli, secretariada pelos Senhores Deputados: José Afonso Júnior e Lindolfo Júnior.

À hora regimental, é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Antônio Annibelli, Eduardo Bagio, Anibal Khury, Lindolfo Júnior, José Alves, Alexandre Ceranto, Algaci Túlio, Amélia Hruschka, Antônio Bárbara, Artagão Mattos Leão, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Cândido Bastos, David Cheriegate, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Domingos Scarpellini, Edmar Luiz Costa, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Haroldo Rodrigues Ferreira, Hermas Brandão, Homero Oguido, João Arruda, José Afonso Júnior, José Felinto, José Rogério Carvalho, Lauro Lobo Alcântara, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Antônio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Nelson Vasconcellos, Nestor Baptista, Nilton Barbosa, Paulino José Delazeri, Pedro Tonelli, Pirajá Ferreira, Quielse Crisóstomo, Rafael Greca, Raul Lopes, Sabino Campos e Werner Wanderer (42). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Ferrari Júnior, Vera Agibert, Acyr Mezzadri, Antônio Belinati, Antônio Costenaro Neto, Gernote Kirinus, Nereu Carlos Massignan, Orlando Pessuti, Paulo Furiatti e Valderi Mendes Vilela (10). Achando-se em licença o Senhor Deputado Tadeu Lúcio Machado e a Senhora Deputada Irondi Pugliesi (02).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli) Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - Procede à leitura das atas das sessões anteriores.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli) Estão em votação as Atas que acabam de ser lidas. Aprovadas.

O SR. ALGACI TÚLIO - (Pela Ordem) Sr. Presidente, solicito verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli) Esta Presidência informa a V.Exa. que esta é matéria vencida, Deputado, pois in-

clusive já anunciou a leitura do expediente pelo Sr. Secretário.

O SR. ALGACI TÚLIO - Eu estou falando aqui e não sai no ar.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli) O problema não é da Presidência.

O Sr. 1º Secretário procederá à leitura do Expediente que se encontra sobre a mesa.

(O Sr. 1º Secretário procede à leitura do Expediente).

## Mensagens:

MENSAGEM 86/87

Curitiba, 17 de setembro de 1987  
Senhor Presidente.

Através da presente encaminho a Vossa Excelência, para fins de exame e deliberação dessa Augusta Casa de Leis, a inclusa proposição formulada pelo Egrégio Tribunal de Justiça do Estado, objetivando alterar dispositivos da Lei n. 7.297, de 8 de janeiro de 1980 (Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná), conforme ofício n. 56/87, da Presidência daquela Corte de Justiça, a mim dirigido em 02 do corrente mês e cujo teor, em cópia autêntica, segue em anexo.

Por oportuno, vale lembrar que da proposição ora encaminhada consta, assim como figurava daquela anteriormente submetida a essa Casa de Leis, dispositivo criando as comarcas de Arapoti, Campina da Lagoa, Capitão Leônidas Marques, Catanduvas, Mamborê, Mangueirinha e Ortigueira. Isso mereceu preocupação e apoio da Presidência dessa Assembléia, conforme manifestação contida no Ofício n. 23/87, de 14 de janeiro de 1987, que, a pedido do Tribunal de Justiça, restituiu a proposição àquela Corte para o seu reestudo. Concluído este, retorna a matéria à apreciação dessa Augusta Casa de Leis.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS  
Governador do Estado

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ  
PROJETO DE LEI N. 267/87

Art. 1º - A Lei n. 7.297, de 08 de janeiro de 1980 (Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná), passa a vigorar com as seguintes alterações:

O art. 41, incisos III, IV e V, supri-

mido o seu inciso VI, e seu parágrafos 2º e 3º, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 41. ...

I - ....

II - ...

III - Juiz de Direito de entrância intermediária.

IV - Juiz de Direito Substituto.

V - Juiz de Direito de entrância final.

§ 1º - ...

§ 2º - O Juiz de Direito Substituto terá sede nas Comarcas de Cascavel, Curitiba, Londrina, Maringá e Ponta Grossa.

§ 3º - Na Comarca de Curitiba, além dos Juizes de Direito Substitutos das Seções Judiciárias, existirão mais quatro que poderão ser designados para auxiliarem o Presidente do Tribunal de Justiça e o Corregedor da Justiça."

O art. 51, parágrafo 1º, acrescido do parágrafo 3º, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 51 ...

§ 1º - Nas Comarcas de entrância final, a direção do fórum será exercida por um dos Juizes titulares, pelo prazo máximo de dois anos, sob indicação do Órgão Especial e designação do Presidente do Tribunal de Justiça.

§ 2º ...

§ 3º - As substituições eventuais do Juiz de Direito do Fórum serão exercidas pelo Juiz de Direito mais antigo na comarca, independente de designação."

O art. 62, parágrafos 1º e 2º, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 62 - ...

§ 1º - Nas comarcas onde houver mais de uma vara criminal, os processos da competência do Tribunal do Júri serão definidos pela distribuição. Pronunciado o réu, os autos serão remetidos ao presidente do Tribunal do Júri para julgamento.

§ 2º - Nas Comarcas de Curitiba e Londrina, a Vara privativa do Tribunal do Júri não participará da distribuição referida no parágrafo anterior."

O art. 71, parágrafo 2º, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 71 - ...

§ 1º - ...

§ 2º - Nos casos de promoção, remoção ou permuta, o prazo de entrada em exercício é de 15 (quinze) dias, prorrogável por igual período, na forma do parágrafo anterior, exceto não havendo mudança de comarca, quando a assunção será imediata".

O art. 74 - Passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 74 - O quadro de antigüidade dos Desembargadores, dos Juizes do Tribunal de Alçada, dos Juizes de Direito e Substitutos, composto das listas correspondentes a

cada categoria de magistrado, será atualizado anualmente pelo Presidente e publicado no Diário da Justiça."

O art. 82 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 82 - O magistrado que for promovido ou removido fará jus à ajuda de custo para despesas de transporte e mudança, em importância não excedente a três e não inferior a um mês de vencimentos, observando-se a distância, o tempo e as condições de viagem. O Presidente do Tribunal de Justiça poderá, ainda, conceder ajuda de custo ao magistrado autorizado a frequentar curso de aperfeiçoamento e estudo.

§ 1º - ...

§ 2º - ..."

O art. 99 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 99 - Os Juizes de Direito das Comarcas de Cascavel, Curitiba, Londrina, Maringá e Ponta Grossa serão substituídos por Juizes de Direito Substitutos, observada a seção judiciária respectiva, ou por designação do Presidente do Tribunal de Justiça que, excepcionalmente, poderá valer-se de Juizes Substitutos."

O art. 135 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 135 - Os Magistrados de primeira instância deverão comparecer, diariamente, à sede do Juízo, das 13:30 (treze e trinta) às 17:00 (dezessete) horas, ou enquanto necessário ao serviço, salvo quando em diligência externa.

Parágrafo único - ..."

O art. 207, incisos III, IV, V, VI e VII, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 207 - ...

I - ...

II - ...

III - 125 (cento e vinte e cinco) Juizes de Direito de entrância final, sendo:

a) 92 (noventa e dois) titulares de varas;

b) 33 (trinta e três) Juizes de Direito Substitutos;

IV - 106 (cento e seis) Juizes de Direito de entrância intermediária;

V - 89 (oitenta e nove) Juizes de Direito de entrância inicial;

VI - 38 (trinta e oito) Juizes Substitutos;

VII - Juizes de Paz."

O art. 208 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 208 - As comarcas, segundo a importância do movimento forense, densidade demográfica, situação geográfica, posição como sede de Seção Judiciária, são classificadas em três entrâncias: inicial, intermediária e final, reservada esta para as de Cascavel, Curitiba, Londrina, Maringá e Ponta Grossa.

Parágrafo Único - Essas Comarcas se agrupam em 61 (sessenta e uma) Seções Judiciárias, integradas por Distritos."

O art. 209, incisos II e III, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 209 - ...

I - ...

II - De entrância intermediária:

1) Apucarana; 2) Arapongas; 3) Araucária; 4) Assis Chateaubriand; 5) Astorga; 6) Bandeirantes; 7) Bela Vista do Paraíso; 8) Cambé; 9) Campo Largo; 10) Campo Mourão; 11) Capanema; 12) Castro; 13) Cianorte; 14) Colombo; 15) Cornélio Procopio; 16) Cruzeiro do Oeste; 17) Foz do Iguaçu; 18) Francisco Beltrão; 19) Goioerê; 20) Guaíra; 21) Guarapuava; 22) Ibaiti; 23) Ibitiporã; 24) Irati; 25) Ivaiporã; 26) Jacarezinho; 27) Lapa; 28) Laranjeiras do Sul; 29) Loanda; 30) Marechal Cândido Rondon; 31) Medianeira; 32) Nova Esperança; 33) Palmas; 34) Paranaguá; 35) Paranavaí; 36) Pato Branco; 37) Peabiru; 38) Piraquara; 39) Pitanga; 40) Rio Branco do Sul; 41) Rio Negro; 42) Rolândia; 43) Santo Antônio da Platina; 44) Santo Antônio do Sudoeste; 45) São José dos Pinhais; 46) Telêmaco Borba; 47) Toledo; 48) Umuarama; 49) União da Vitória; 50) Wenceslau Braz.

III - De entrância inicial:

1) Altônia; 2) Alto Paraná; 3) Alto Piquiri; 4) Andirá; 5) Antonina; 6) Arapoti; 7) Assaí; 8) Barbosa Ferraz; 9) Barracão; 10) Bocaiúva do Sul; 11) Cambará; 12) Campina da Lagoa; 13) Cândido de Abreu; 14) Capitão Leônidas Marques; 15) Carlópolis; 16) Catanduvas; 17) Centenário do Sul; 18) Cerro Azul; 19) Chopinzinho; 20) Cidade Gaúcha; 21) Clevelândia; 22) Colorado; 23) Congoinhas; 24) Corbélia; 25) Coronel Vivida; 26) Curiúva; 27) Dois Vizinhos; 28) Engenheiro Beltrão; 29) Faxinal; 30) Formosa do Oeste; 31) Grandes Rios; 32) Guaraniáçu; 33) Guaratuba; 34) Imbituva; 35) Ipiranga; 36) Iporã; 37) Jaguapitã; 38) Jaguaruaíva; 39) Jandaia do Sul; 40) Joaquim Távora; 41) Mallet; 42) Mamborê; 43) Mandaguáçu; 44) Mandaguari; 45) Mangueirinha; 46) Marialva; 47) Marilândia do Sul; 48) Matelândia; 49) Morretes; 50) Nova Fátima; 51) Nova Londrina; 52) Ortigueira; 53) Palmeira; 54) Palmital; 55) Palotina; 56) Paraíso do Norte; 57) Paranacity; 58) Pérola; 59) Pinhão; 60) Piraí do Sul; 61) Porecatu; 62) Primeiro de Maio; 63) Prudentópolis; 64) Quedas do Iguaçu; 65) Realeza; 66) Rebouças; 67) Reserva; 68) Ribeiro Claro; 69) Ribeirão do Pinhal; 70) Salto do Lontra; 71) Santa Helena; 72) Santa Izabel do Ivaí; 73) Santa Mariana; 74) São Jerônimo da Serra; 75) São João do Ivaí; 76) São João do Triunfo; 77) São Mateus do Sul; 78) São Miguel do Iguaçu; 79) Sengés; 80) Sertãozinho; 81) Siqueira Campos; 82) Teixeira

Soares; 83) Terra Rica; 84) Terra Roxa; 85) Tibagi; 86) Tomazina; 87) Ubiratã; 88) Uraí; 89) Xambrê."

O art. 210 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 210 - São as seguintes as Seções Judiciárias:

1.<sup>a</sup> Comarca de Curitiba: 1.<sup>a</sup>, 2.<sup>a</sup> e 5.<sup>a</sup> Varas Cíveis;  
2.<sup>a</sup> Comarca de Curitiba: 3.<sup>a</sup>, 4.<sup>a</sup> e 6.<sup>a</sup> Varas Cíveis;  
3.<sup>a</sup> Comarca de Curitiba: 9.<sup>a</sup>, 10.<sup>a</sup> e 11.<sup>a</sup> Varas Cíveis;  
4.<sup>a</sup> Comarca de Curitiba: 7.<sup>a</sup>, 8.<sup>a</sup> e 21.<sup>a</sup> Varas Cíveis;  
5.<sup>a</sup> Comarca de Curitiba: 13.<sup>a</sup>, 14.<sup>a</sup> e 15.<sup>a</sup> Varas Cíveis;  
6.<sup>a</sup> Comarca de Curitiba: 12.<sup>a</sup>, 16.<sup>a</sup> e 17.<sup>a</sup> Varas Cíveis;  
7.<sup>a</sup> Comarca de Curitiba: 18.<sup>a</sup>, 19.<sup>a</sup> e 20.<sup>a</sup> Varas Cíveis;  
8.<sup>a</sup> Comarca de Curitiba: Vara de Registros Públicos, Auditoria Militar e 1.<sup>a</sup> Vara de Família;  
9.<sup>a</sup> Comarca de Curitiba: 2.<sup>a</sup>, 3.<sup>a</sup> e 4.<sup>a</sup> Varas de Família;  
10.<sup>a</sup> Comarca de Curitiba: 1.<sup>a</sup>, 2.<sup>a</sup> e 3.<sup>a</sup> Varas da Fazenda Pública; Falências e Concordatas;  
11.<sup>a</sup> Comarca de Curitiba: 4.<sup>a</sup> Vara da Fazenda Pública, Falências e Concordatas, Vara de Menores e Vara de Precatórias Cíveis;  
12.<sup>a</sup> Comarca de Curitiba: Varas de Execuções Penais, Vara do Tribunal do Júri e Vara de Precatórias Criminais;  
13.<sup>a</sup> Comarca de Curitiba: 1.<sup>a</sup>, 2.<sup>a</sup> e 3.<sup>a</sup> Varas de Delitos de Trânsito;  
14.<sup>a</sup> Comarca de Curitiba: 1.<sup>a</sup>, 4.<sup>a</sup> e 7.<sup>a</sup> Varas Criminais;  
15.<sup>a</sup> Comarca de Curitiba: 2.<sup>a</sup>, 5.<sup>a</sup>, 8.<sup>a</sup> e 10.<sup>a</sup> Varas Criminais;  
16.<sup>a</sup> Comarca de Curitiba: 3.<sup>a</sup>, 6.<sup>a</sup>, 9.<sup>a</sup> e 11.<sup>a</sup> Varas Criminais;  
17.<sup>a</sup> Comarca de Londrina: 1.<sup>a</sup>, 3.<sup>a</sup>, 5.<sup>a</sup>, 7.<sup>a</sup> e 9.<sup>a</sup> Varas Cíveis;  
18.<sup>a</sup> Comarca de Londrina: 2.<sup>a</sup>, 4.<sup>a</sup>, 6.<sup>a</sup>, 8.<sup>a</sup> e 10.<sup>a</sup> Varas Cíveis;  
19.<sup>a</sup> Comarca de Londrina: Varas Criminais, de 1.<sup>a</sup> a 5.<sup>a</sup>, Varas de Famílias e Anexos, 1.<sup>a</sup> e 2.<sup>a</sup>, e Juizado de Pequenas Causas;  
20.<sup>a</sup> Comarca de Maringá: Varas Cíveis e a 1.<sup>a</sup> Vara de Família, Acidentes do Trabalho, Registros Públicos e Corregedoria do Foro Extrajudicial;  
21.<sup>a</sup> Comarca de Maringá: Varas Criminais e a 2.<sup>a</sup> Vara de Família e Menores;  
22.<sup>a</sup> Comarca de Ponta Grossa: Varas Cíveis e a 1.<sup>a</sup> Vara de Família, Acidentes do Trabalho, Registros Públicos e Corregedoria do Foro Extrajudicial;  
23.<sup>a</sup> Comarca de Ponta Grossa: Varas Criminais e a 2.<sup>a</sup> Vara de Família e Menores;

- 24.<sup>a</sup> Comarcas de Cascavel;
- 25.<sup>a</sup> Comarcas de Campo Mourão e Mamborê;
- 26.<sup>a</sup> Comarcas de Umuarama e Alto Piquiri;
- 27.<sup>a</sup> Comarcas de Guarapuava, Palmital, Pinhão e Pitanga;
- 28.<sup>a</sup> Comarcas de Apucarana, Jandaia do Sul, Mandaguari e Marilândia do Sul;
- 29.<sup>a</sup> Comarcas de Cianorte, Engenheiro Beltrão e Peabiru;
- 30.<sup>a</sup> Comarcas de Foz do Iguaçu e São Miguel do Iguaçu;
- 31.<sup>a</sup> Comarcas de Medianeira, Matelândia, Capitão Leônidas Marques e Catanduvas;
- 32.<sup>a</sup> Comarcas de Francisco Beltrão, Dois Vizinhos, Realeza e Salto do Lontra;
- 33.<sup>a</sup> Comarcas de Paranaguá, Antonina, Morretes e Guaratuba;
- 34.<sup>a</sup> Comarcas de Paranaíba, Alto Paraná, Paraíso do Norte e Terra Rica;
- 35.<sup>a</sup> Comarcas de Pato Branco, Chopinzinho, Clevelândia, Coronel Vivida e Mangueirinha;
- 36.<sup>a</sup> Comarcas de Arapongas, Astorga, Colorado e Centenário do Sul;
- 37.<sup>a</sup> Comarcas de Campo Largo, Araucária e Palmeira;
- 38.<sup>a</sup> Comarcas de Assis Chateaubriand, Formosa do Oeste, Palotina, Ubatuba e Campina da Lagoa;
- 39.<sup>a</sup> Comarcas de Cornélio Procopio, São Jerônimo da Serra, Uraí e Assaí;
- 40.<sup>a</sup> Comarcas de Cruzeiro do Oeste, Cidade Gaúcha, Pérola e Xantrê;
- 41.<sup>a</sup> Comarcas de Guaíra, Altônia, Iporã e Terra Roxa;
- 42.<sup>a</sup> Comarcas de Ivaiporã, Barbosa Ferraz, Cândido de Abreu, Faxinal, Grandes Rios e São João do Ivaí;
- 43.<sup>a</sup> Comarcas de Jacarezinho, Carlópolis, Ribeirão Claro;
- 44.<sup>a</sup> Comarcas de Laranjeiras do Sul, Guaraniáçu e Quedas do Iguaçu;
- 45.<sup>a</sup> Comarcas de Rolândia, Cambé, Jaguapitã e Porecetú;
- 46.<sup>a</sup> Comarcas de São José dos Pinhais e Piraquara;
- 47.<sup>a</sup> Comarcas de Colombo, Bocaiúva do Sul, Cerro Azul e Rio Branco do Sul;
- 48.<sup>a</sup> Comarcas de Toledo, Corbélia, Marechal Cândido Rondon e Santa Helena;
- 49.<sup>a</sup> Comarcas de União da Vitória, Mallet, Palmas e Rebouças;
- 50.<sup>a</sup> Comarcas Bandeirantes, Andaraí, Cambará e Santa Mariana;
- 51.<sup>a</sup> Comarcas de Bela Vista do Paraíso, Ipiranga, Primeiro de Maio e Sertãozinho;
- 52.<sup>a</sup> Comarcas de Castro, Jaguariaíva e Piraí do Sul;
- 53.<sup>a</sup> Comarcas de Irati, Ibituva, Ipiranga, Prudentópolis e Teixeira Soares;
- 54.<sup>a</sup> Comarcas da Lapa, Rio Negro, São

João do Triunfo e São Mateus do Sul;

55.<sup>a</sup> Comarcas de Loanda, Nova Londrina e Santa Izabel do Ivaí;

56.<sup>a</sup> Comarcas de Nova Esperança, Mandaguari, Marialva e Paranacity;

57.<sup>a</sup> Comarcas de Santo Antônio da Platina, Joaquim Távora, Ribeirão do Pinhal, Congoinhas e Nova Fátima;

58.<sup>a</sup> Comarcas de Santo Antônio do Sudoeste, Barracão e Capanema;

59.<sup>a</sup> Comarcas de Telêmaco Borba, Ortigueira, Reserva e Tibagi;

60.<sup>a</sup> Comarcas de Wenceslau Braz, Arapoti, Sengés e Siqueira Campos;

61.<sup>a</sup> Comarcas de Ibiti, Tomazina e Curitiba;

O art. 211 passa a vigorar com a seguinte redação;

"Art. 211 - ...

20 - Campo Mourão: compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Farol, Piquiri-Ivaí, Luisiana (Município de Campo Mourão); Janiópolis e Arapuan (Município de Janiópolis); Iretama e Roncador (Municípios do mesmo nome);

24. Cascavel: compreendendo a sede e o Distrito Judiciário de Santa Tereza (Município de Cascavel);

26. Coronel Vivida: compreendendo a sede e o Distrito Judiciário de Vista Alegre (Município de Coronel Vivida);

34. Corbélia: compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Anahy (Município de Corbélia) e Braganey e Cafelândia (Municípios do mesmo nome);

43. Formosa do Oeste: compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Iracema (Município de Formosa do Oeste); Nova Aurora e Palmitópolis (Município de Nova Aurora) e Jesuítas (Município do mesmo nome);

53. Ibituva: compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Guaraniaçu e Apiabã (Município de Ibituva) e Ivaí e Bom Jardim do Sul (Município de Ivaí);

54. Ipiranga: compreendendo o Distrito da sede;

60. Jaguariaíva: compreendendo a sede e o Distrito Judiciário de Eduardo Xavier da Silva (Município de Jaguariaíva);

74. Matelândia: compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Céu Azul e Vera Cruz do Oeste (Município de Céu Azul);

82. Palmital: compreendendo a sede e o Distrito Judiciário de Laranjal (Município de Palmital);

114. São José dos Pinhais: compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Cachoeira de São José, Campo Largo da Roseira e Colônia Murici (Município de São José dos Pinhais); Mandirituba e Areia Branca dos Assis (Município de Mandirituba); Tijucas do Sul e Agudos do Sul (Municípios do mesmo nome);

121. Telêmaco Borba: compreendendo o

Distrito da sede;

123. Terra Roxa: compreendendo a sede e o Distrito Judiciário de Santa Rita do Oeste (Município de Terra Roxa);

127. Ubiratã: compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Yolanda (Município de Ubiratã) e Juranda (Município do mesmo nome);

128. Umuarama: compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Ivatê, Santa Elisa, Serra dos Dourados, Lovat, Perobal e Vila Alta (Município de Umuarama); Maria Helena, Douradinha, Herculanã e Carboneira (Município de Maria Helena); Icaraíma, Porto Camargo e Vila Rica do Ivaí (Município de Icaraíma);

137. Guaratuba: compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Pedra Branca de Araraquara (Município de Guaratuba) e Matinhos (Município do mesmo nome);

138. Arapoti: compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Calógeras e Caratuba (Município de Arapoti);

139. Capitão Leônidas Marques: compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Santa Lúcia (Município de Capitão Leônidas Marques) e Boa Vista da Aparecida (Município do mesmo nome);

140. Catanduvas: compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Iretama (Município de Catanduvas) e Três Barras do Paraná (Município do mesmo nome);

141. Ortigueira: compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Barreira, Lageado Bonito, Monjolinho e Natingui (Município de Ortigueira);

142. Mangueirinha: compreendendo a sede e Distritos Judiciários de covó e Honório Serpa (Município de Mangueirinha);

143. Campina da Lagoa: compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Bela Vista do Piquiri e Herveira (Município de Campina da Lagoa); Nova Cantu, Geremias Lunardeli e Santo Rei (Município de Nova Cantu); e Altamira do Paraná (Município do mesmo nome);

144. Mamborê: compreendendo a sede e o Distrito Judiciário de Boa Esperança (Município do mesmo nome)."

O art. 219, incisos VIII, IX, X, XI e XIII, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 219 - ...

I - ...

II - ...

III - ...

IV - ...

V - ...

VI - ...

VII - ...

VIII - 03 (três) Varas de Delitos de Trânsito;

IX - 02 (duas) Varas de Execuções Penais;

X - 01 (uma) Vara de Precatórias Cí-

veis;

XI - 01 (uma) Vara de Precatórias Criminais;

XII - 01 (uma) Vara de Auditoria da Justiça Militar."

O art. 228, acrescido do parágrafo único, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 228 - Aos Juizes das Varas de Execuções Penais, 1.<sup>a</sup> e 2.<sup>a</sup>, com jurisdição em todo o Estado, compete, por distribuição, exercer as atribuições previstas no Livro IV do Código de Processo Penal e na Lei de Execução Penal, salvo as que forem privativas de outras autoridades, competindo exclusivamente ao Juiz da 1.<sup>a</sup> Vara a Corregedoria dos Presídios.

Parágrafo Único - Os Juizes Titulares das Varas de Execuções Penais serão indicados a critério do Órgão Especial."

O artigo 235, inciso I, letras "a", "b", "c", "h" e "i" e inciso II, letras "b", "d", "e" e "f", passa a vigorar com a seguinte redação, ficando criados os cargos e ofícios inexistentes:

"Art. 235 - ...

I - ...

a) 31 (trinta e uma) Escrivanias do Cível, inclusive as especializadas;

b) 19 (dezenove) Escrivanias do Crime, inclusive as especializadas;

c) ...

d) ...

e) 04 (quatro) Ofícios de Distribuidor, Contador e Partidor, com as atribuições seguintes:

1º Ofício: Distribuidor, Contador e Partidor na matéria de competência das Varas de Família; Varas da Fazenda Pública; Varas de Registros Públicos e Acidentes do Trabalho; Varas Criminais, de 1.<sup>a</sup> a 18.<sup>a</sup>; Tabelionatos de Notas, de 8º a 12º;

2º Ofício: Distribuidor na matéria de competência das Varas Cíveis, de 1.<sup>a</sup> a 21.<sup>a</sup>; Varas de Precatórias; Tabelionatos de Notas, de 1º a 7º; Ofício de Registro de Títulos e Documentos e de Registro de Pessoas Jurídicas;

3º Ofício: ...

4º Ofício: Contador e Partidor, na matéria de competência das Varas Cíveis, de 1.<sup>a</sup> a 21.<sup>a</sup>; Varas de Precatórias;

f) ...

g) ...

h) 112 (cento e doze) Oficiais de Justiça;

i) 38 (trinta e oito) Auxiliares de Cartório;

j) ...

l) ...

II. ...

a) ...

b) ...

c) ...

d) ...

e) 04 (quatro) Offícios de Registro Civil de Nascimentos, Casamentos e Óbitos, denominados ordinalmente, no Distrito da sede, compreendendo, obrigatoriamente, as delimitações territoriais previstas em lei;

f) 14 (quatorze) Escrivanias Distritais nos Distritos Judiciários compreendidos no Município de Curitiba, com as delimitações territoriais previstas em lei."

O art. 237 - incisos I, II e VIII, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 237 ...

I - Londrina: 17 (dezessete) Juizes de Direito;

II - Maringá: 10 (dez) Juizes de Direito;

III ...

IV ...

V ...

VI ...

VII ...

VIII - Arapongas, Araucária, Assis Chateaubriand, Cambé, Campo Largo, Capane-  
ma, Castro, Colombo, Cornélio Procopio,  
Cruzeiro do Oeste, Goioerê, Guaíra, Ibi-  
porã, Ivaiporã, Jacarezinho, Laranjeiras do  
Sul, Marechal Cândido Rondon, Medianeira,  
Piraquara, Pitanga, Rio Branco do Sul, Ro-  
lândia, Toledo e União da Vitória: 02  
(dois) Juizes de Direito;

IX ..."

O art. 249 passa a vigorar com a seguinte redação, ficando criados os cargos e ofícios ainda inexistentes:

"Art. 249 - Nas Comarcas de Campo Lar-  
go, Castro, Piraquara e Rio Branco do Sul,  
a prestação jurisdicional será efetivada  
por juizes de:

I - 01 (uma) Vara Cível;

II - 01 (uma) Vara Criminal, Menores,  
Família, Registros Públicos e Corregedoria  
do Foro Extrajudicial;

Parágrafo Único - Haverá nas Comarcas  
de Campo Largo, Castro, Piraquara e Rio  
Branco do Sul, com atribuições definidas:

I - No Foro Judicial:

a) 01 (uma) Escrivania Cível;

b) 01 (uma) Escrivania Criminal;

c) 01 (um) Ofício de Contador, Parti-  
dor, Distribuidor, Depositário Público e  
Avaliador Judicial;

d) 02 (dois) Oficiais de Justiça em  
cada vara, sendo que um deles, por desig-  
nação do Juiz de Direito Diretor do Fórum,  
exercerá, por 01 (um) ano, alternadamente,  
as funções de Porteiro de Auditório, obe-  
decendo-se a rigoroso rodízio;

e) 01 (um) Auxiliar de Cartório na Va-  
ra Criminal;

f) 01 (um) Auxiliar de Cartório do  
Juizado Especial de Pequenas Causas; e

g) 01 (um) Comissário de Vigilância de  
Menores.

## II . No Foro Extrajudicial:

a) 01 (um) Tabelionato de Notas, acu-  
mulando, precariamente, o Ofício de Pro-  
testo de Títulos;

b) 01 (um) Ofício de Registro de Imó-  
veis; e

c) 01 (um) Ofício de Registro Civil de  
Nascimentos, Casamentos e Óbitos, acumu-  
lando, precariamente, os Offícios de Regis-  
tro de Títulos e Documentos e de Pessoas  
Jurídicas."

O art. 254 passa a vigorar com a se-  
guinte redação, ficando criados os cargos  
e ofícios ainda inexistentes.

"Art. 254 ...

I - 10 (dez) Varas Cíveis, denominadas  
ordinalmente, por distribuição;

II - 05 (cinco) Varas Criminais, deno-  
minadas ordinalmente, por distribuição,  
salvo a primeira que será privativa do  
Tribunal do Júri, cumulativamente com o  
Juizado de Pequenas Causas;

III - 02 (duas) Varas de Família, com  
igual competência, por distribuição, com-  
petindo à primeira, também a matéria refe-  
rente a Registro Públicos, Acidentes do  
Trabalho e Corregedoria do Foro Extrajudi-  
cial, e à segunda, a matéria relativa a  
Menores.

Parágrafo Único - Haverá na Comarca de  
Londrina, com atribuições definidas:

I. NO FORO JUDICIAL:

a) 10 (dez) Escrivanias do Cível;

b) 05 (cinco) Escrivanias Criminais;

c) 01 (uma) Escrivania de Família, Re-  
gistro Públicos, Acidentes do Trabalho e  
Corregedoria do Foro Extrajudicial;

d) 01 (uma) Escrivania de Família e  
Menores;

e) 01 (um) Ofício de Contador Parti-  
dor, Distribuidor e Depositário Público;

f) 02 (dois) Oficiais de Justiça em  
cada vara, sendo que um deles, por desig-  
nação do Diretor do Fórum, exercerá por  
por 01 (um) ano, alternadamente, as fun-  
ções de Porteiro de Auditório, obedecendo-  
se a rigoroso rodízio;

g) 10 (dez) Auxiliares de cartório das  
Varas Criminais;

h) 01 (um) Auxiliar de Cartório do  
Juizado Especial de Pequenas Causas;

i) 01 (um) Auxiliar de Cartório da Di-  
retoria do Fórum;

j) 02 (dois) Comissários de Vigilância  
de Menores;

l) 03 (três) Assistentes Sociais, um  
para cada Vara de Família e um para a de  
Menores;

m) 02 (dois) Ofícios de Avaliador Ju-  
dicial.

## II. NO FORO EXTRAJUDICIAL:

a) 04 (quatro) Tabelionato de Notas,  
denominados ordinalmente;

b) 03 (três) Ofícios de Registro de

Imóveis, denominados ordinalmente;

c) 02 (dois) Ofícios de Registro Civil de Nascimentos, Casamentos e Óbitos, denominados ordinalmente;

d) 02 (dois) Ofícios de Protestos de Títulos, denominados ordinalmente;

e) 02 (dois) Ofícios de Registro de Títulos e Documentos e de Pessoas Jurídicas, denominados ordinalmente".

O art. 255 passa a vigorar com a seguinte redação, ficando criados os cargos e ofícios inexistentes:

"Art. 255. Na Comarca de Maringá a prestação jurisdicional será efetivada por Juizes de:

I. 04 (quatro) Varas Cíveis, denominadas ordinalmente, por distribuição;

II. 04 (quatro) Varas Criminais, denominadas ordinalmente, por distribuição, cabendo à primeira a organização e presidência do Tribunal do Juri;

III. 02 (duas) Varas de Família, com igual competência por distribuição, competindo à primeira, também, a matéria referente a Registros Públicos, Acidentes do Trabalho, Corregedoria do Foro Extrajudicial e Juizado Especial de Pequenas Causas; e à segunda, a matéria relativa a Menores.

Parágrafo Único. Haverá na Comarca de Maringá, com atribuições definidas:

I. NO FORO JUDICIAL:

a) 04 (quatro) Escrivanias do Cível;

b) 04 (quatro) Escrivanias Criminais;

c) 01 (uma) Escrivania de Família, Registros Públicos, Acidentes do Trabalho, Corregedoria do Foro Extrajudicial e Juizado Especial de Pequenas Causas;

d) 01 (uma) Escrivania de Família e Menores;

e) 01 (um) Ofício de Contador, Partidor, Distribuidor e Depositário Público;

f) 02 (dois) Oficiais de Justiça, em cada vara, sendo que um deles, por designação do Diretor do Fórum, exercerá por 01 (um) ano, alternadamente, as funções de Porteiro de Auditório, obedecendo-se a rigoroso rodízio;

g) 08 (oito) Auxiliares de Cartório das Varas Criminais;

h) 01 (um) Auxiliar de Cartório do Juizado Especial de Pequenas Causas;

i) 02 (dois) Comissários de Vigilância de Menores.

j) 03 (três) Assistentes Sociais, um para cada Vara de Família e um para a Vara de Menores;

l) 02 (dois) Ofícios de Avaliador Judicial.

II. NO FORO EXTRAJUDICIAL:

a) 04 (quatro) Tabelionatos de Notas, denominados ordinalmente;

b) 03 (três) Ofícios de Registro de Imóveis, denominados ordinalmente;

c) 02 (dois) Ofícios de Registro Civil de Nascimento, Casamentos e Óbitos, denominados ordinalmente;

d) 01 (um) Ofício de Registro de Títulos e Documentos e de Pessoas Jurídicas;

e) 01 (um) Ofício de Protesto de Títulos, denominados ordinalmente."

O art. 270, inciso II, letras "a", "b", "c", suprimida a sua letra "d", passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 270 - .....

I) .....

a) .....

b) .....

c) .....

d) .....

II) .....

a) 01 (um) Tabelionato de Notas, acumulando, precariamente, o Ofício de Protesto de Títulos;

b) 01 (um) Ofício de Registro de Imóveis;

c) 01 (um) Ofício de Registro Civil de Nascimentos, Casamentos e Óbitos, acumulando, precariamente, os Ofícios de Registro de Títulos e Documentos e de Pessoas Jurídicas."

Art. 2º - Ficam criadas, na entrância inicial, as seguintes Comarcas:

I - Arapoti, compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Calógeras e Caratuva (Município de Arapoti);

II - Capitão Leônidas Marques, compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Santa Lúcia (Município de Capitão Leônidas Marques) e Boa Vista da Aparecida (Município do mesmo nome);

III - Catanduvas, compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Ibema (Município de Catanduvas) e Três Barras do Paraná (Município do mesmo nome);

IV - Ortigueira, compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Barreira, Lageado Bonito, Monjolinho e Natingui (Município de Ortigueira);

V - Mangueirinha, compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Covó e Honório Serpa (Município de Mangueirinha);

VI - Campina da Lagoa, compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Bela Vista do Piquiri e Herveira (Município de Campina da Lagoa); Nova Cantu, Geremias, Lunardeli e Santo Rei (Município de Nova Cantu) e Altamira do Paraná (Município do mesmo nome);

VII - Mamborê, compreendendo a sede e o Distrito Judiciário de Boa Esperança (Município do mesmo nome).

Art. 3º - Ficam extintas as Escrivanias Distritais de Arapoti, Campina da Lagoa, Capitão Leônidas Marques, Catanduvas, Mamborê, Mangueirinha e Ortigueira, a partir da instalação das respectivas Comarcas.

Parágrafo Único - Aos titulares das



escrevâncias de que trata este artigo, fica assegurado o direito de opção pelo respectivo Tabelionato de Notas ou Ofício de Registro Civil de Nascimentos, Casamentos e Óbitos, a ser manifestada no prazo de 20 (vinte) dias, contados do edital de chamamento para a instalação da Comarca.

Art. 4º - Ficam transferidos de Comarca os seguintes Distritos Judiciários:

I - Santa Lúcia (Município de Capitão Leônidas Marques) e Boa Vista da Aparecida (Município do mesmo nome) da Comarca de Cascavel para a de Capitão Leônidas Marques;

II - Ibema (Município de Catanduvas) e Três Barras do Paraná (Município do mesmo nome) da Comarca de Cascavel para a Comarca de Catanduvas;

III - Calógeras e Caratuva (Município de Arapoti) da Comarca de Jaguariaíva para a Comarca de Arapoti;

IV - Barreira, Lageado Bonito, Monjolinho e Natingui (Município de Ortigueira) da Comarca de Telêmaco Borba para a Comarca de Ortigueira;

V - Covô e Honório Serpa (Município de Manguaerinha) da Comarca de Coronel Vivida para a Comarca de Manguaerinha;

VI - Bela Vista do Piquiri e Herveira (Município de Campina da Lagoa), Nova Cantu; Geremias Lunardeli e Santo Rei (Município de Nova Cantu) da Comarca de Ubatã e Altamira do Paraná (Município do mesmo nome) da Comarca de Palmital, para a Comarca de Campina da Lagoa;

VII - Juranda (Município do mesmo nome) da Comarca de Campo Mourão para a Comarca de Ubatã;

VIII - Ivaí e Bom Jardim do Sul (Município de Ivaí) da Comarca de Ipiranga para a Comarca de Imbituva;

IX - Boa Esperança (Município do mesmo nome) da Comarca de Campo Mourão para a Comarca de Mamborê.

Art. 5º - Ficam criados 07 (sete) cargos de Juiz de Direito de entrância inicial, respectivamente para as Comarcas de Arapoti, Campina da Lagoa, Capitão Leônidas Marques, Catanduvas, Mamborê, Manguaerinha e Ortigueira; 07 (sete) cargos de Juiz de Direito de entrância intermediária, sendo 01 (um) para a Comarca de Campo Largo, 01 (um) para a Comarca de Castro, 01 (um) para a Comarca de Ibaiti, 02 (dois) para a Comarca de Piraquara, 02 (dois) para a Comarca de Rio Branco do Sul e 01 (um) cargo de Juiz de Direito de entrância final para a Comarca de Curitiba.

Art. 6º - Haverá nas Comarcas de Arapoti, Campina da Lagoa, Capitão Leônidas Marques, Catanduvas, Mamborê, Manguaerinha e Ortigueira, com atribuições definidas, cujos cargos e ofícios ficam criados:

#### I. NO FORO JUDICIAL:

- a) 01 (uma) Escrivania do Cível;
- b) 01 (uma) Escrivania Criminal e do Juizado Especial de Pequenas Causas;
- c) 01 (um) Ofício de Contador, Partidor, Distribuidor, Depositário Público e Avaliador Judicial;
- d) 02 (dois) Oficiais de Justiça, sendo que um deles, por designação do Juiz de Direito Diretor do Fórum, exercerá por 01 (um) ano, alternadamente, as funções de Porteiro de Auditório, obedecendo-se a rigoroso rodízio;
- e) 01 (um) Auxiliar de Cartório Criminal.

#### II. NO FORO EXTRAJUDICIAL:

- a) 01 (um) Tabelionato de Notas, acumulando, precariamente, o Ofício de Protesto de Títulos;
- b) 01 (um) Ofício de Registro de Imóveis;
- c) 01 (um) Ofício de Registro Civil de Nascimentos, Casamentos e Óbitos, acumulando, precariamente, os Ofícios de Registro de Títulos e Documentos e de Pessoas Jurídicas.

Art. 7º - Ficam extintos 01 (um) cargo de Juiz de Direito de entrância inicial da Comarca de Ibaiti; 01 (um) cargo de Juiz de Direito de entrância inicial da Comarca de Piraquara; 01 (um) cargo de Juiz de Direito de entrância inicial da Comarca de Rio Branco do Sul.

Art. 8º - Ficam elevadas à entrância intermediária as Comarcas de Ibaiti, Piraquara e Rio Branco do Sul.

Art. 9º - Fica extinto o 2º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Porecatu, devendo sua atual área territorial ser anexada ao 1º Ofício.

Art. 10 - Os titulares de Ofícios de Registro de Imóveis, cuja delimitação territorial for alterada por esta lei, terão direito de opção pelo Ofício desmembrado, a ser manifestada no prazo de 20 (vinte) dias, a contar da publicação desta lei.

Art. 11 - Ficam criados os Distritos Judiciários de Vila Alta (Município de Umuarama) e Carbonera (Município de Maria Helena) na Comarca de Umuarama; Santa Rita do Oeste (Município de Terra Roxa) na Comarca de Terra Roxa e Anahy (Município de Corbélia) na Comarca de Corbélia.

Art. 12 - As áreas territoriais dos Ofícios de Registro de Imóveis das Comarcas de Guarapuava e São José dos Pinhais serão delimitadas conforme o anexo a esta lei.

Art. 13 - O Tribunal de Justiça procederá, através de Resolução, a redação final do Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná, com a consolidação da presente lei e das demais que o modificarem parcialmente, dando-lhe novo



ordenamento.

Art. 14 - As despesas decorrentes da execução desta lei correrão à conta das dotações orçamentárias do Poder Judiciário.

Art. 15 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

#### DELIMITAÇÃO TERRITORIAL DAS CIRCUNSCRIÇÕES IMOBILIÁRIAS DA COMARCA DE SÃO JOSÉ DOS PINHAIS:

1º Ofício - A circunscrição territorial do 1º Ofício de Registro de Imóveis abrange, no Município de São José dos Pinhais, o território situado à esquerda da divisão seguinte: partindo da ponte sobre o Rio Iguaçu sobe pela Avenida Souza Naves até a Rua XV de Novembro, por esta até atingir a BR-59, e por esta até os limites com o Município de Tijucas do Sul, na ponte sobre o Rio da Una.

2º Ofício - A circunscrição territorial do 2º Ofício de Registro de Imóveis abrange, no Município de São José dos Pinhais, o território situado à direita da divisa descrita na alínea acima, e o território dos distritos de Tijucas do Sul, Mandirituba e Agudos do Sul.

#### DELIMITAÇÃO TERRITORIAL DAS CIRCUNSCRIÇÕES IMOBILIÁRIAS DA COMARCA DE GUARAPUAVA:

1º Ofício - A circunscrição territorial do 1º Ofício de Registro de Imóveis abrange parte dos distritos de Palmeirinha, Turvo, Cândói, Canta Galo, Cidade e os Distritos de Marquinho, Jacutinga, Campina do Simão, partindo, no distrito da sede, do cruzamento da Avenida Manoel Ribas com a Rua XV de Novembro, no Alto do Ramalho, descendo pela Rua XV de Novembro à sua margem direita até a Rua Saldanha Marinho, seguindo por esta até encontrar o Rio Xarquinho, seguindo por este até a antiga Estrada Estratégica, seguindo por esta sempre à direita até encontrar a BR-277, seguindo por esta até a Ponte do Rio Canta Galo, na confluência do Arroio da Restinga Grande e por este acima até a sua cabeceira e por uma linha seca até encontrar as cabeceiras do Arroio Quatis e por este abaixo até desaguar no Rio Cinco Voltas e por este abaixo até a sua foz no Rio do Cobre, descendo por este até a sua foz do Rio Piquiri e por este acima por uma linha seca até as cabeceiras do Rio Mámote e por este abaixo até cair no Rio Bonito e por este até encontrar a Estrada de Guarapuava a Pitangá e por esta, passando pela sede do distrito do Turvo, vai à sede do distrito de Palmeirinha, cruza o asfalto da BR-277 e segue até encontrar a Avenida Manoel Ribas por esta até a Rua XV

de Novembro, no Alto do Ramalho, ponto de partida.

2º Ofício - A circunscrição territorial do 2º Ofício de Registro de Imóveis abrange parte dos distritos de Entre Rios, Cândói, Canta Galo e parte do distrito da sede, partindo, neste, do cruzamento da Avenida Manoel Ribas com a Rua XV de Novembro, no Alto do Ramalho, seguindo pela Avenida Manoel Ribas até encontrar com a Rua Alcione Bastos, seguindo por esta até encontrar a Rua Comendador Norberto e por esta até o cruzamento da Rua Saldanha Marinho, seguindo por esta até a Avenida de Contorno e por esta até encontrar a Estrada de Ferro, seguindo por esta estrada até o cruzamento com a estrada do Boqueirão, descendo até a ponte do Rio Jordão, atravessando este, seguindo pela Estrada Estadual, passando pela sede da Colônia Samambaia, Capão Bonito, Colônia Socorro e ainda pela mesma até o Rio Pinhão, descendo pelo Rio Pinhão até a barra com o Rio Jordão e por este abaixo até desaguar no Rio Iguaçu e por este em sentido descendente até encontrar a barra do Rio Cavernoso, subindo por este até a barra do Rio Canta Galo e por este até a ponte sobre o mesmo na estrada BR-277 e por esta até o alto do Cascavel até encontrar a antiga Estrada Estratégica, seguindo por esta até o Rio Cascavel, seguindo por este até a confluência do Rio Xarquinho, e por este até o cruzamento com a Rua Saldanha Marinho, seguindo por esta até a Rua XV de Novembro e por esta até o ponto de partida.

3º Ofício - A circunscrição territorial do 3º Ofício de Registro de Imóveis abrange o Município de Inácio Martins, os distritos de Guarã e Guairacá, parte dos distritos de Turvo, Palmeirinha, Entre Rios e Cidade, partindo, no distrito da sede, do cruzamento da Avenida Manoel Ribas com a Rua XV de Novembro, no Alto do Ramalho, seguindo pela Avenida Manoel Ribas até encontrar o asfalto da BR-277, cruzando esta, passando pela localidade de Palmeirinha (centro) e em continuação, pela sede da localidade de Turvo até encontrar o Rio Bonito ou Pedrinho, descendo por este até a sua foz no Rio Ivaí, subindo por este à confluência do Rio Belo e por este acima até encontrar o Rio Marrecas e por este acima até encontrar o Arroio da Terra Colonizada que nasce na Serra da Esperança e pela Serra da Esperança, dividindo com o Município de Prudentópolis, até as cabeceiras do Rio Irati, seguindo por este abaixo até desaguar no Rio Bananas, descendo este até a barra do Arroio Jacu e Bugio, subindo este, por uma linha seca, até encontrar a cabeceira do Rio Jerônimo ou Lageado Grande e por este abaixo até a barra do Rio do Pinho, dividindo com o Município de Inácio Martins,

descendo ainda pelo Rio Jerônimo ou Lageado Grande até desaguar no Rio Pinhão e por este abaixo até encontrar a estrada que se dirige ao Município de Pinhão vindo de Guarapuava, e por esta, pela Estrada Estadual, passando pelas Colônias Socorro e Samambaia até a ponte do Rio Jordão e seguindo pela Estrada do Boqueirão, até a confluência com a Rua Saldanha Marinho, seguindo por esta, sempre à direita, até a Rua Comendador Norberto, seguindo por esta até encontrar a Rua Alcione Bastos, seguindo por esta até a confluência da Avenida Manoel Ribass e seguindo por esta até o ponto de partida.

Curitiba, 02 de setembro de 1987.

Senhor Governador:

Tenho a honra de submeter à elevada apreciação de Vossa Excelência a inclusa minuta de alteração da Lei n. 7297, de 8 de janeiro de 1980, proposta pela Comissão de Organização e Divisão Judiciárias, e aprovada por este Tribunal.

Na certeza de que o assunto merecerá a necessária atenção, solicito as determinações de Vossa Excelência no sentido de que a proposta seja viabilizada, por ser de elevado interesse do Poder Judiciário.

Valho-me da oportunidade para reiterar a Vossa Excelência, Senhor Governador, meus protestos de alta estima e distinta consideração.

(a) Des. MÁRIO LOPES DOS SANTOS

Presidente do Tribunal de Justiça

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM N.96/87

Curitiba, 29 de setembro de 1987.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei dispondo que aos funcionários públicos de todas as categorias funcionais, inclusive do Tribunal de Contas do Estado, e dos Poderes Legislativo e Judiciário, aplicam-se as disposições dos artigos 3º e 8º do Decreto-Lei n. 2.335 de 12 de junho de 1987, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n. 2.336 de 15 de junho de 1987. Visa ainda estabelecer que a medida não se aplicará, no corrente exercício, aos servidores em geral, ativos, inativos ou pensionistas, inclusive de outros Poderes ou Quadros, que perceberam, no mês de agosto, a qualquer título, remuneração, vencimentos, proventos ou benefícios, superiores a Cz\$.... 100.000.00 (cem mil cruzados), excluídas as cotas de salário-família e diferença de remuneração decorrentes do Decreto n. 774, de 30 de maio de 1987, relativas a meses anteriores.

O artigo 8º do Decreto-Lei n. 2.335, de 12 de junho do ano em curso, assegura

aos trabalhadores e estende aos servidores civis e militares da União e de suas autarquias, a título de antecipação, o reajuste mensal de salários, inclusive do salário mínimo, pensões, proventos e remuneração em geral, em proporção idêntica à variação da Unidade de Referência de Preços - URP, excetuado o mês da data-base.

Da mesma forma, o § 4º do referido artigo 8º, do Decreto Lei n. 2.335/87, com a redação dada pelo Decreto-Lei n. 2.336, de 15 de junho de 1987, assegurou aos empregados o crédito residual apurado com base no IPC até o mês de maio de 1987, a ser incorporado aos salários, vencimentos, soldos, proventos e pensões, em seis parcelas mensais, a partir do início da fase de flexibilização de preços (setembro/87).

O Estado tem adotado a política salarial imprimida pelo Governo Federal, por meio de lei estadual autorizatória, com a atenção voltada para o fato de que essa política, a nível nacional, visa sempre a contenção de gastos evitando a redução do poder aquisitivo da remuneração dos trabalhadores e dos servidores públicos diante do inevitável fator inflação.

O Estado não deve ficar omissos quanto ao reajuste de vencimentos com base na URP - Unidade de Referência de Preços, indicativa da correção do poder aquisitivo em face das variações dos valores de bens de consumo essenciais, alugueis, mensalidades escolares e transportes. Da mesma forma, não devemos deixar de adicionar aos vencimentos, em geral, o crédito residual remanescente da aplicação dos gatilhos.

Esses dois índices, sendo a URP correspondente a 4,69% nos meses de setembro, outubro e novembro e o Crédito Residual correspondente a seis parcelas mensais variáveis, aplicados ao pessoal regido pela CLT na administração direta e indireta, e pessoal estatutário do Estado, abrangem um conjunto de 180.532 servidores cuja distribuição é a seguinte:

CLT (Administração Direta e Indireta)	.....	70.468 - 39,03%
Professores	.....	63.609 - 35,23%
Outros estatutários	.....	46.455 - 25,74%

Observe-se que o pessoal estatutário para o qual é necessário o Estado legislar, compreende apenas um quarto das outras categorias. Quanto ao pessoal CLT a aplicação do Decreto-Lei é imediata, assim como aos professores, os quais são vinculados ao Salário Mínimo de Referência. Assim, o anteprojeto de lei tem por objetivo principal dar aplicação à legislação federal que trata do reajuste salarial e do crédito residual, a partir de 1º de setembro corrente.

Certo de que a proposição merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Ex-

celência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS  
Governador do Estado

PROJETO DE LEI N. 268/87

Art. 1º - Aos servidores públicos de todas as categorias funcionais, inclusive do Tribunal de Contas do Estado, e dos Poderes Legislativo e Judiciário, aplicam-se as disposições dos artigos 3º e 8º do Decreto-Lei n. 2.335 de 12 de junho de 1987, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n. 2.336 de 15 de junho de 1987.

Parágrafo Único - Para cumprimento do disposto neste artigo, o Poder Executivo, por decreto, fará publicar, sempre que for necessário, as tabelas de vencimentos do pessoal civil e militar, inclusive as dos servidores do Tribunal de Contas do Estado e de outros Poderes, com os acréscimos determinados na forma dos decretos-leis referidos no caput deste artigo.

Art. 2º - O disposto no art. 1º desta lei não se aplica, no corrente exercício, aos servidores em geral, ativos, inativos ou pensionistas, inclusive de outros Poderes ou Quadros, que perceberam, no mês de agosto, a qualquer título, remuneração, vencimentos proventos ou benefícios, superiores a Cz\$ 100.000,00 (cem mil cruzados), excluídas as cotas de salário-família e diferenças de remuneração decorrentes do Decreto n. 774, de 30 de maio de 1987, relativas a meses anteriores.

§ 1º - Para o servidor alcançado pelo disposto neste artigo, os órgãos encarregados do processamento das folhas de pagamento continuarão aplicando as tabelas de vencimentos vigentes no mês de agosto do ano de 1987, até o final do mesmo exercício.

§ 2º - Para o servidor alcançado pelo limite estabelecido neste artigo em virtude de novas alterações nas tabelas de vencimentos, no ano de 1987, os órgãos encarregados do processamento das folhas de pagamento continuarão aplicando as tabelas usadas no mês anterior àquele em que o servidor for alcançado pelo limite, até o final do ano de 1987.

§ 3º - Não será levada em conta para os efeitos deste artigo, a Gratificação Especial instituída pela Lei n. 7.770, de 13 de dezembro de 1983, observado, quanto aos militares, o que determina a Lei n. 8.434, de 24 de dezembro de 1986.

Art. 3º - Quanto aos ocupantes de cargos de Magistério, não se aplica o disposto na presente lei, salvo quanto ao limite de remuneração estabelecido no artigo 2º, devendo os reajustes de vencimentos serem feitos de acordo com os critérios previstos na Lei n. 8.427, de 11 de dezem-

bro de 1986.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação e seus efeitos financeiros serão devidos a partir de 1º de setembro de 1987, revogadas as disposições em contrário.

À Diretoria Legislativa.

Ofício:

OFÍCIO

Sob o n. DTL/123/87, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver sancionado o Projeto de Lei n. 42/87, o qual convertido em Lei tomou o n. 8.556. Anote-se - Arquive-se.

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso das prerrogativas regimentais que lhe são conferidas, REQUER, ouvindo-se o Douto Plenário, Regime de Urgência ao Projeto de Lei n. 253/87, oriundo da Mensagem Governamental n. 89/87.

Sala das Sessões, em 13.10.87.

(a) JOSÉ AFONSO JÚNIOR

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja dada Preferência de Discussão e de Votação ao Projeto de Lei n. 35/86, em 2ª Discussão na Ordem do Dia de hoje.

Sala das Sessões, em 13.10.87.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, seja retirado da Ordem do Dia por 10 sessões o Projeto de Lei n. 185/85.

Sala das Sessões, em 13.10.87.

(a) CAÍTO QUINTANA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário seja retirado da Ordem do Dia por 10 Sessões o Projeto de Lei n. 217/86.

Sala das Sessões, em 13.10.87.

(a) CAÍTO QUINTANA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, seja

reincluído na Ordem do Dia da próxima sessão o Projeto de Lei n. 199/86, de autoria do Deputado Adhail Sprenger Passos, que concede o Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Padre José de Almeida Penalva, em Regime de Urgência.

Sala das Sessões, em 13.10.87.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Requeiro, com base no Regimento Interno, após ouvido o Plenário, a retirada e o envio às Comissões de Constituição e Justiça, Finanças e Saúde, o Projeto de Lei n. 261/86 para estudo das emendas apresentadas em 2.ª Discussão.

Sala das Sessões, em 13.10.87.

(a) CAÍTO QUINTANA

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, voto de profundo pesar pelo falecimento do jovem VILSON DE PAULI, ocorrido em 08 de outubro na cidade de Missal.

Membro de tradicional família, VILSON DE PAULI, tinha apenas 21 anos, sendo funcionário da cooperativa.

A morte trágica abalou de forma profunda a sociedade local, onde gozava de grande estima pelos colegas de trabalho, de estudo, bem como no meio esportivo.

Da decisão, REQUER ainda, seja dada ciência a família enlutada em nome do pai, Senhor SIMON PETRUS PAULI - Avenida C. Geraldo S/N - Missal - PR.

Sala das Sessões, em 13.10.87.

(a) WERNER WANDERER

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado voto de congratulações ao Corpo de Bombeiros do Estado do Paraná, na pessoa do Coronel QOBM Miguel A. Capriotti, Comandante desse órgão, pela passagem do Jubileu de Diamante, neste dia 8 do corrente ano.

Sala das Sessões, em 13.10.87.

(a) LINDOLFO JÚNIOR

#### JUSTIFICATIVA:

Tal data não poderia passar despercebida tendo em vista os relevantes serviços que têm prestado o Corpo de Bombeiros deste Estado, à comunidade paranaense, desde o salvamento de um animal doméstico, de estimação, até os grandes incêndios nas áreas urbana e rural.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Rafael Greca de Macedo, Deputado que este subscreve, REQUER a inserção nos Anais da presente sessão de voto de congratulações e apreço à secção paranaense da Sociedade Brasileira de Angiologia e Cirurgia Cardiovascular, pela realização em Curitiba a partir de abertura na sede do Clube Curitibano, na noite de 11 do corrente, e até 15 deste mesmo mês, do XXVII Congresso Brasileiro daquela especialidade médica.

Seja esta inserção nas atas do Poder Legislativo do Paraná ocasião de apreço à classe médica, demonstração de prestígio devido por esta Casa do Povo ao progresso da Ciência e das artes médicas voltadas para a valorização da Vida.

Sirva de memória do esforço dos médicos do Paraná, liderados pelo presidente do Congresso, Dr. José Fernando de Macedo, para receber digna e convenientemente os cientistas e cirurgiões visitantes e assim representarem o Estado à altura das nossas tradições de terra hospitaleira e sede da primeira universidade do Brasil. Seja também estímulo político aos avanços da medicina entre nós, prenúncio da sociedade resolvida e feliz, que é esperança da multidão de brasileiros privados da saúde e do acesso ao grande pão de vida.

Sala das Sessões, em 13.10.87.

(a) RAFAEL GRECA

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, a inserção em Ata de um voto de congratulações pela passagem no último dia 11, do 40º aniversário do Município de Almirante Tamandaré.

A eficiente atuação do valoroso povo do Município de Almirante Tamandaré transformaram o Município no maior produtor de cal do Estado e em grande produtor de calcário, destacando-se também, pela produção de hortigranjeiros e pela exploração florestal para a alimentação dos fornos que industrializam a matéria prima.

REQUER, outrossim, que da decisão da Casa se dê ciência à Prefeitura Municipal e à Câmara Municipal de Almirante Tamandaré.

Sala das Sessões, em 13.10.87.

(a) ALGACI TÚLIO

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a aprovação de votos de congratulações para a Diretoria da Associação Médica do Paraná,

eleita para o biênio 87/89, na pessoa do seu presidente, o Dr. José Elias Alex Neto.

REQUER, ainda, que seja dado conhecimento à entidade em questão da aprovação do presente requerimento, devendo a comunicação ser enviada para a Rua Cândido Xavier, 575, Água Verde, nesta capital.

Sala das Sessões, em 13.10.87.

(a) ALGACI TÚLIO

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições legais, garantidas pela Constituição Federal, em vigor, obedecendo as normas contidas no Regimento Interno, após ouvido o Doutor Plenário, e considerando as razões expendidas, REQUER, sejam inseridos na Ata dos trabalhos da presente sessão, nossos votos de congratulações pela passagem do aniversário de emancipação política do município de Jataizinho, desejando àquele povo trabalhador e seus dirigentes, felicidades, e que dentro dos princípios do Direito, prossiga em seus trabalhos até alcançar a paz e prosperidade desejada.

REQUER, também, que do presente se dê conhecimento ao ilustre Prefeito Municipal e à Câmara de Vereadores do município apontado.

Sala das Sessões, em 13.10.87.

(a) VALDERI MENDES VILELA

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, consignação em Ata desta sessão, de votos de congratulações ao Município de Arapongas pela comemoração dos seus 40 anos de existência como tal, o qual vem apresentando um ritmo acelerado de progresso, contribuindo de forma expressiva para o desenvolvimento do Estado paranaense.

REQUER, outrossim, que da decisão da Casa se dê ciência ao Excelentíssimo Prefeito da referida Cidade.

Sala das Sessões, em 13.10.87.

(a) EZEQUIAS LOSSO

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, consignação em Ata desta sessão de voto de congratulação ao Lions Clube do Paraná, pela comemoração dos seus 70 anos de fundação, ocorrido dia 08 do corrente mês.

REQUER, outrossim, que se dê ciência da decisão da Casa à referida instituição.

Sala das Sessões, em 13.10.87.

(a) EZEQUIAS LOSSO

#### JUSTIFICATIVA:

O Lions Clube do Paraná, é uma entidade que muito tem feito em prol da comunidade respectiva e dos menos favorecidos pela sorte. Seu código de ética é direcionado no sentido de criar e fomentar um espírito de compreensão entre os povos da terra, promovendo os princípios do bom governo e boa cidadania, bem como interessar-se ativamente pelo bem estar cívico, cultural, social e moral da comunidade, tendo sido, inclusive, reconhecido através de lei como órgão de utilidade pública.

O referido órgão tem ainda como objetivo estimular os homens da mentalidade de servir suas comunidades sem visar recompensa financeira pessoal, estimulando a eficiência e promovendo elevado padrão de ética no comércio, indústria, serviços públicos e empreendimentos privados, sendo regido pelo Lema da liberdade, inteligência, ordem, nacionalidade e serviço.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Doutor Plenário, um voto de congratulações aos engenheiros-agrônomos do Paraná pela comemoração do seu dia na data de ontem. Profissionais estes que atuam nos centros de pesquisa, cooperativas ou empresas ligadas ao meio rural, reunidas no esforço de melhorar a terra, a vida do agricultor, e por consequência, a história da agricultura do País.

REQUER, outrossim, que da decisão da Casa se dê ciência ao Sindicato dos Engenheiros-Agrônomos do Paraná.

Sala das Sessões, em 13.10.87.

(a) EZEQUIAS LOSSO

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições legais, garantidas pela Constituição Federal em vigor, obedecendo as normas contidas no regimento interno, após ouvido o Douto Plenário, e considerando as razões expendidas, REQUER sejam inseridos na Ata dos trabalhos da presente sessão nossos votos de congratulações pela passagem do aniversário de emancipação política do município de Santa Mariana, desejando àquele povo trabalhador e a seus dirigentes, felicidades, e que dentro dos princípios do Direito, prossigam em seus trabalhos até alcançar a paz e prosperidade desejada.

REQUER, também, que do presente, se dê conhecimento ao ilustre Prefeito Municipal e à Câmara de Vereadores do Município apontado.

Sala das Sessões, em 13.10.87.

(a) VALDERI MENDES VILELA

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições legais, garantidas pela Constituição Federal em vigor, obedecendo as normas contidas no regimento interno, após ouvido o Douto Plenário, e considerando as razões expendidas, REQUER, sejam inseridas na Ata dos trabalhos da presente sessão, nossos votos de congratulações pela passagem do aniversário de emancipação política do município de São Jerônimo da Serra, desejando àquele povo trabalhador e a seus dirigentes, felicidades, e que dentro dos princípios do Direito prossigam em seus trabalhos até alcançar a paz e prosperidade desejada.

REQUER, também, que do presente se dê conhecimento ao ilustre Prefeito Municipal e à Câmara de Vereadores do município apontado.

Sala das Sessões, em 13.10.87.

(a) VALDERI MENDES VILELA

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido Plenário, a aprovação de votos de congratulações pela passagem do 35º aniversário da fundação do Vila Fanny Futebol Clube, que será comemorado no próximo dia 12.

REQUER ainda seja expedida a comunicação da aprovação deste requerimento ao homenageado, na pessoa de seu Presidente, Senhor Eliseu Siebert, na Rua Coronel Anibal dos Santos, 54, Vila Fanny, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 13.10.87.

(a) ALGACI TÚLIO

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, a inserção em Ata de um voto de congratulações pela passagem, no último dia 12, do 78º aniversário de fundação do Curitiba Futebol Clube.

A brilhante trajetória do Curitiba Futebol Clube no cenário futebolístico estadual e nacional, deve-se ao denodo dos seus dirigentes e ao espírito de união de seus torcedores.

Quando se lembra as principais conquistas do Clube, Campeão do Torneio do Povo, Campeão Brasileiro de Clube, e seus inúmeros títulos estaduais, aparece a figura gigantesca do seu grande comandante, o Presidente Evangelino da Costa Neves

que, através o brilho da sua cultura e a perspicácia da sua privilegiada inteligência, sempre colocou o seu Clube no merecido lugar de destaque no cenário esportivo nacional.

REQUER, outrossim, que da decisão da Casa se dê ciência ao Curitiba Futebol Clube, na rua Ubaldino do Amaral n. 37, nesta Capital.

Sala das Sessões, 13.10.87.

(a) ALGACI TÚLIO

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, a inserção em Ata de um voto de regozijo, pela passagem, no último dia 11, do 40º aniversário do Município de Rio Branco do Sul.

O Laboroso povo de Rio Branco Sul, através sua eficiente atuação no setor da agricultura e, posteriormente, no setor industrial, conseguiu fazer com que aquele valoroso Município alcançasse o atual estágio de desenvolvimento.

A "Capital dos Minérios" sedia duas importantes indústrias de cimento e várias produtoras de cal e calcário, destacando-se ainda pela sua diversificada produção hortigranjeira, que abastece, principalmente, a nossa capital.

REQUER, também, que da decisão da Casa se dê ciência à Prefeitura Municipal e à Câmara de Vereadores de Rio Branco do Sul.

Sala das Sessões, em 13.10.87.

(a) ALGACI TÚLIO

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, voto de louvor ao Município de Sarandi pela passagem do seu 5º aniversário de fundação, Município este que vem contribuindo de forma expressiva para o desenvolvimento do Estado paranaense.

REQUER, outrossim, que da decisão da casa se dê ciência ao Excelentíssimo Prefeito da referida cidade.

Sala das Sessões, em 13.10.87.

(a) EZEQUIAS LOSSO

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, um voto de louvor à Associação de Pais e Amigos de Excepcionais pelo trabalho que vem realizando no sentido de recuperação e estímulo à manifestação da capacidade dos alunos, proporcionando-lhes, dessa manei-

ra, uma maior possibilidade de integração no mercado de trabalho.

REQUER, outrossim, que da decisão da Casa se dê ciência à referida Associação.

Sala das Sessões, em 13.10.87.

(a) EZEQUIAS LOSSO

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais, submete à apreciação da Assembléia a seguinte proposição:

REQUER a inserção na Ata dos da presente Sessão, de votos de louvor e congratulações pelo sucesso alcançado com a realização da I Mostra de Cinema Latino-Americano do Paraná, realizada em Curitiba de 03 a 10 de outubro.

O evento em questão se revestiu de grande importância no contexto cultural do Paraná, de vez que possibilitou ao público paranaense um contato com os clássicos da cinematografia do continente. Tendo a Secretaria da Cultura, na pessoa de seu titular, Dr. Renê Ariel Dotti, como um dos promotores, a Mostra foi bastante prestigiada, com delegações de cineastas de vários países e de vários estados brasileiros. Aberta com o filme "Leila Diniz" de Luiz Carlos Lacerda e encerrado com "A Classe Roceira" da cineasta do Paraná, Berenice Mendes e "O país dos tenentes" do cineasta João Batista de Barros, a Mostra apresentou verdadeiros clássicos do cinema latino-americano.

A importância e os frutos que certamente serão colhidos com esta I Mostra do Cinema Latino-Americano do Paraná justificam a presente proposição, da qual se REQUER, ainda, seja dado conhecimento ao Senhor Governador do Estado, que deu o seu apoiado evento, ao Dr. Renê Ariel Dotti, Secretário da Cultura, que através de Comissão do Cinema realizou trabalho dos mais profícuos e que garantiu o sucesso da Mostra, e ainda à Associação dos Cineastas do Paraná (Rua Pres. Faria, n. ).

Sala das Sessões, em 13.10.87.

(a) ALGACI TÚLIO

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado voto de repúdio ao Prefeito Municipal de Foz do Iguaçu - PR., Senhor Dobrandino Gustavo da Silva, pela intenção da implantação de um Cassino naquele Município.

Outrossim, REQUER que o ato seja oficiado ao mesmo.

Sala das Sessões, em 13.10.87.

(a) JOSÉ FELINTO

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado dos Transportes, objetivando a aceleração das obras de construção da estrada que liga Barbosa Ferraz à Iretama.

Sala das Sessões, em 13.10.87.

(a) ANTÔNIO COSTENARO NETO

Apoiamento: David Cheriegate e

Werner Wanderer

#### JUSTIFICATIVA:

A presente proposta baseia-se nas reivindicações da Câmara Municipal de Barbosa Ferraz e vem ao encontro das aspirações daquela população, que há muito tempo aguarda a pavimentação asfáltica do trecho que liga Barbosa Ferraz à Iretama, pois com a conclusão da estrada, diminuirá o percurso entre os vários municípios daquela região, facilitando assim o tráfego e trazendo, conseqüentemente, maior economia ao escoamento do transporte agrícola daquela vasta região.

As obras de construção já estavam em pleno andamento, o serviço de terraplanagem em fase de acabamento e grande parte da base de macadame já implantada, entretanto, por motivos ignorados, está havendo diminuição no ritmo normal das obras, razão pela qual torna-se indispensável a participação desta Pasta para a aceleração e conclusão daquele trecho.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente aos Excelentíssimos Senhores Governador do Estado, Álvaro Dias, e Secretário de Estado da Educação, Belmiro Valverde, para se instalar o ensino de 2º Grau no Colégio Castelo Branco, no Bairro Parque São Paulo, no Município de Cascavel - PR.

Sala das Sessões, em 13.10.87.

(a) DAVID CHERIEGATE

#### JUSTIFICATIVA:

Trata-se de antiga reivindicação daquela comunidade, composta de famílias cuja renda não comporta o acréscimo, em suas despesas, de uma mensalidade de escola particular para que os seus filhos possam continuar seus estudos.

As crianças, em diferentes níveis de potencialidade de inteligência, vêm-se em sua maioria tolhidos em seus estudos porque os pais não possuem rendimentos para que possam cursar uma escola particular e, muito menos, conseguem especializar-se em



qualquer curso.

Assim, nada mais justo do que a implantação do ensino de 2º Grau do Colégio Castelo Branco, proporcionando às crianças pelo menos mais esse degrau na vida cultural a que têm direito.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, envio de expediente ao Ilustríssimo Senhor Camilo Calazans, Digníssimo Presidente do Banco do Brasil, encarecendo a transformação do posto avançado do Distrito de Tamarana, Município de Londrina - PR.

Sala das Sessões, em 13.10.87.

(a) HOMERO OGUIDO

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República, Doutor José Sarney, Excelentíssimo Senhor Ministro da Fazenda, Doutor Bresser Pereira, Excelentíssimo Senhor Ministro da Agricultura, Doutor Íris Resende Machado, Excelentíssimo Senhor Secretário da Agricultura e do Abastecimento do Estado do Paraná, Engenheiro Agrônomo Osmar Fernandes Dias, Ilustríssimo Senhor Presidente do Banco do Brasil, Doutor Camilo Calazans, Ilustríssimo Senhor Presidente da CFP - Companhia de Financiamento à Produção e ao Ilustríssimo Senhor Diretor de Crédito Rural do Banco do Brasil, Doutor Sebastião Rodrigues, no sentido da manutenção da prioridade na recepção do trigo pelas cooperativas conforme portaria da SUNAB.

Sala das Sessões, em 13.10.87.

(a) JOSÉ ROGÉRIO CARVALHO

#### JUSTIFICATIVA:

Verificamos a existência de pressão que vem sendo exercida há muito tempo no sentido de se modificar as normas que ora vigem na comercialização do artigo nacional.

Acreditamos serem as atuais normas moralizantes e executadas com seriedade pelo CTRIN - órgão subordinado à Diretoria de Crédito Rural do Banco do Brasil.

O cumprimento rigoroso do conteúdo dos documentos legais (Decreto-Lei-210-de 27.02.67 e Portaria Super n. 22 da SUNAB de 18.03.81) quanto à preferência concedida às nossas Cooperativas de Produção nas aquisições do trigo nacional, vem sendo aplicadas com a maior lisura pelos organismos competentes.

Tendo em vista que essa orientação e esse procedimento acima citados contrariam

interesses escusos, muitos vêm na sua extinção uma forma maquiavelmente intencionada de se voltar às fraudes do passado, como por exemplo, o "Trigo Papel", o "Passeio do Trigo", a "Nacionalização do Trigo Importado" e o "Contrabando do Trigo" para países vizinhos.

Preocupados, na condição de representantes dos interesses do povo de um Estado essencialmente agrícola, ficamos apreensivos com a declaração do Ilustríssimo Senhor, Doutor Mailson Ferreira da Nóbrega, Secretária Geral do Ministério da Fazenda, na edição de 24.05.87 do jornal "O Globo", de que o seu Ministério iria iniciar estudos para modificar a planejada política de compra do trigo nacional, a cargo do Banco do Brasil.

Tememos, mudanças, tememos que falsos defensores dos nossos pequenos produtores rurais, na realidade "atravessadores", venham a incutir idéias em determinados assessores não familiarizados com a problemática do setor.

As cooperativas das regiões do Centro-Oeste, Sudoeste e Sul do País, em perfeito entrosamento com CTRIN, DTRIG e SUNAB, executaram a construção de mais de 12 milhões de capacidade estática armazenadora granelizada, composta por silos e armazéns graneleiros nas principais regiões agrícolas.

Com esses depósitos, somente nesses últimos 5 anos, proporcionou-se uma economia de Cz\$ 9 bilhões de cruzados aos cofres da nação, ao evitar-se o dispêndio exigido pelo uso de 345 milhões de sacos de anagem, que seriam necessários para a recepção e estocagem das safras tritícolas daquele período, evasão de recursos que continua sendo realizada na execução da política de preços mínimos em outras regiões desprovidas do nível da capacidade de estocagem granelizada, na área abrangida pela triticultura nacional.

No Paraná, existem mais de 5 milhões de toneladas de estocagem a granel, viabilizados pela segurança que as cooperativas de produção tiveram ao lhes ser proporcionada a prioridade na recepção do trigo.

A desburocratização do sistema de compra do cereal pelo Banco do Brasil, através das Cooperativas de Produção, vem melhorando o rendimento da triticultura nacional. Enquanto que no triênio 81/83 a produção por hectare não passava de mil quilos, no triênio 84/86 chegou a 1600 kg/ha, fruto de orientação das cooperativas e do trabalho privado orientado por essas organizações.

Esclarecemos ainda que as cooperativas sempre foram favoráveis à retirada do subsídio do trigo, pelos prejuízos causados à própria agricultura e por contrariar os interesses nacionais.

Portanto, solicitamos as autoridades nominadas que se por acaso houver algum estudo que objetive mudanças, que estes sejam alvos de análises criteriosas, consultando-se para tanto os órgãos atuantes e também as cooperativas, através dos seus órgãos de classe, no caso a Organização das Cooperativas do Estado do Paraná - OCEPAR.

Solicitamos, também, pelos motivos expostos, que se mantenha a prioridade na recepção do trigo pelas cooperativas, conforme a citada portaria da SUNAB.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que abaixo subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Fernando Xavier Ferreira, Diretor-Presidente da TELEPAR, solicitando a instalação do MONO-CANAL para a localidade de Linha Bananeira, Distrito de Jardinópolis, Município de Medianeira.

Sala das Sessões, em 13.10.87.

(a) WARNER WANDERER

#### JUSTIFICATIVA:

O intuito de facilitar a comunicação dos moradores daquela localidade, evitando que os mesmos se desloquem para fazer suas ligações urbanas e interurbanas, principalmente nos casos de emergência, é o objetivo do presente requerimento, isto porque também entendemos que representa mais um benefício em favor de todos.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, envio de expediente ao Senhor José Carlos Gomes de Carvalho, Digníssimo Secretário de Estado da Indústria e do Comércio, no sentido de que seja instalado o terceiro Abatedouro de Coelho do Estado do Paraná, na cidade de Londrina - PR.

Sala das sessões, em 13.10.87.

(a) HOMERO OGUIDO

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado expediente às autoridades abaixo nominadas, solicitando uma política de apoio ao pequeno agricultor, em virtude das dificuldades que a classe atravessa:

1. Ministro da Agricultura, Iris Resende.

2. Secretário da Agricultura do Estado do Paraná, Osmar Dias.

Sala das Sessões, em 13.10.87.

(a) LINDOLFO JÚNIOR.

#### JUSTIFICATIVA:

A pequena unidade de produção agrícola tem uma importância social econômica, política, e desempenha um grande papel. Ela reúne um segmento da nossa agricultura formado por aqueles que geram os produtos básicos da alimentação do brasileiro, com uma organização essencialmente familiar.

Explora as pequenas e médias propriedades em parcelas de terra, com baixa densidade de capital, geralmente com até 100 hectares, o que significa um contingente superior a 4 milhões de unidades produtivas.

A despeito de sua contribuição, a pequena produção agrícola enfrenta vários problemas. Entre outros, a falta de uma política essencialmente desenhada para este grupo social, o que o torna débil e incapaz de se defender. Tais fatos têm ocasionado uma indesejável e rápida concentração na agricultura brasileira. Tanto que, de acordo com as informações cadastrais do INCRA, em 1967, os imóveis com mais de mil hectares ocupavam 46,7% da superfície total dos imóveis do país e que, em 1984, passaram a deter 58,3%; em contrapartida, os com menos de 100 hectares passaram de 18,7 da área total de 1967, para apenas 14% em 1984. Partindo desta realidade, sugerimos o seguinte elenco de medidas para tornar viável a unidade familiar de produção agrícola do Brasil.

Uma política comercial, com liberdade para funcionamento do mercado de produtos agrícolas, mas com regras definidas de intervenção estatal, a fim de prevenir as grandes flutuações da renda. A essa liberdade não corresponde o lema liberal extremo de "quanto menos governo, melhor". O Estado não pode ficar impassível. Definitivamente, a agricultura dos pequenos não pode ficar desregulada, entregue à mão visível do mercado.

Uma política de financiamento, com o crédito rural desburocratizado, sem exigências nem encargos financeiros sintonizados com as reais condições socio-econômicas desses agricultores, seus grupos e associações.

Uma política tecnológica sem o caráter alienígena que comandou o processo de modernização agrícola dos anos 70. O meio-ambiente não pode continuar a ser devastado. As tecnologias avançadas devem complementar as tradicionais e não substituí-las, pois há lugar para ambas, com benefício para a Nação e para o pequeno agricultor.

Uma política de reforma agrária, que democratize o direito à propriedade para os pequenos agricultores, punindo legitimamente todo aquele que detenha terras sem satisfazer suas obrigações sociais.

Uma política de organização rural, que seja parte fundamental da vida sócio-econômica do setor dos pequenos e médios agricultores. Obter uma oferta alta na porteira não garante, necessariamente, a apropriação dos benefícios por esses agricultores.

Uma política de apoio complementar, pois a condição de subdesenvolvimento de nosso país exige uma ação governamental, e da própria sociedade civil, com caráter educativo permanente. Assim, poderemos contar com um pequeno agricultor brasileiro respeitador dos recursos naturais sob seu controle, sócio-economicamente forte nas negociações de seus interesses e politicamente capaz de se fazer representar e de impor seu valor.

A Assistência Técnica e Extensão Rural Oficial deve ser capaz de assessorar os pequenos agricultores em suas decisões relativas ao processo produtivo, aos aspectos gerenciais de comercialização, de armazenagem, conservação, beneficiamento e transformação de seus produtos, assim como nas referentes a quaisquer das políticas já enumeradas. É preciso incluir no campo do assessoramento dos serviços de extensão rural aspectos ligados ao associativismo e à organização rural, bem como às questões de saúde, saneamento, higiene, capacitação, alimentação e nutrição.

Da mesma forma, a própria característica familiar dessas unidades demanda um tratamento específico dos problemas e interesses dos jovens rurais e das mulheres agricultoras, segmentos sociais de grande importância nas ações e decisões presentes e futuras que se fizerem no interior do subsetor.

Seguindo com esforço e dedicação estes princípios, esperamos estar obtendo uma agricultura ecologicamente equilibrada, energeticamente sustentável, tecnologicamente independente e adaptada às nossas reais condições sócio-econômicas e culturais.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, ouvido o douto Plenário, seja enviada cópia deste expediente ao DD. Secretário de Estado da Cultura, Dr. Renê Ariel Dotti, cumprimentando-o pela simplicidade de comportamento no atendimento e solução dos problemas que lhe são colocados e, sobretudo, pela marcante inteligência demonstrada para a expansão de sua Pasta.

Sala das Sessões, em 13.10.87.

(a) JOSÉ AFONSO JÚNIOR.

#### JUSTIFICATIVA:

Tarefa difícil falar sobre o insigne Professor, renovado Advogado, hoje Secretário de Estado da Cultura. Entretanto,

ressaltar e reconhecer sua capacidade, inteligência, eficiência, discernimento e simplicidade no trato dos assuntos de sua Pasta, é um imperativo indeclinável. Elogiar sua forma simples e prática para a solução dos problemas que lhe são afetos, é um dever. Homem público extremamente sensível e preocupado com a área abrangente de sua Secretaria, tem contribuído de forma eficaz, com todos os eventos culturais registrados no Paraná, estimulando, fomentando e incentivando a mocidade estudiosa, através de Congressos e Seminários e, principalmente, com subsídios materiais. Integrando a equipe do governo sério e honesto que se instalou neste Estado, o Secretário de Estado da Cultura, mercê sua capacidade e inteligência, valoriza e dignifica os nossos homens públicos.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, seja enviada cópia deste expediente ao Comandante do Corpo de Bombeiros da Polícia Militar do Paraná, Cel. QOBM Miguel A. Capriotti, congratulando-me com aquela corporação pela comemoração do seu Jubileu de Diamante.

Sala das Sessões, em 13.10.87.

(a) JOSÉ AFONSO JÚNIOR.

#### JUSTIFICATIVA:

O Corpo de Bombeiros da Polícia Militar do Estado do Paraná, corporação modelo e exemplar no cumprimento das obrigações que lhe são atribuídas, merece toda a admiração e respeito da sociedade paranaense.

Em momentos difíceis, ocasionados por eventuais acidentes, sua presença de imediato se faz notar para o atendimento eficiente da segurança e tranquilidade da municipalidade. Os "homens do fogo", assim conhecidos, não medem esforços para atender aos chamados de urgência para dissipar um incêndio ou salvar uma preciosa vida, arriscando, quase sempre, sua própria existência.

Por essa razão, no momento em que comemoram o seu Jubileu de Diamante, congratulo-me com aquela Corporação, na pessoa do seu Comandante, com os cumprimentos de admiração e respeito, sobretudo pela relevância dos serviços que são prestados à sociedade paranaense no seu todo.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

RAFAEL GRECA, Deputado que este subscreve, REQUER, após ouvido o Plenário, a inserção no expediente desta Casa de correspondência à presidência da TELEPAR, propondo àquela empresa de telecomunica-

ções se digne a atender seus serviços de implantação de telefones comunitários aos postos de atendimento à população carente da Associação Saza Lattes de Proteção à Maternidade e à Infância, na cidade de Curitiba.

Sala das Sessões, em 13.10.87.

(a) RAFAEL GRECA.

#### JUSTIFICATIVA:

O direito à comunicação deve ser proporcionado a todas as classes sociais, mesmo as que, oprimidas pela pobreza, não podem pagar por aparelhos particulares.

A idéia é conciliar um programa social da TELEPAR, que existe e dá bons resultados, com o programa de promoção humana desta benemérita instituição, com localização em pelo menos 13 pontos da nossa cidade e com clientela muito carente.

Esses 13 fones comunitários muito servirão ao povo.

A implantação deve ser coordenada com a presidência local da Associação, através da senhora Marisa Azevedo, fone 242-6115; e/ou com a irmã Maria, Apóstola do Sagrado Coração de Jesus, na Escola Social Madre Clélia, no Capão Raso, pelo telefone 246-1281.

#### Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N. 269/87

A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

#### D E C R E T A:

Art. 1.º - Fica declarada de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DO CONJUNTO HABITACIONAL DO JARDIM SÃO JORGE, com sede e foro no Município de Paranavaí, Estado do Paraná.

Art. 2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 13.10.87.

(a) EDUARDO BAGGIO.

#### JUSTIFICATIVA:

A medida que estamos propondo é um justo reconhecimento ao esforço de toda uma coletividade no sentido de ampliar a sua organização para a conquista de efetivas melhorias em seu local de moradia.

A matéria atende ao disposto na Lei n. 6994, de 10 de janeiro de 1978, que define as normas para a declaração de Utilidade Pública.

Conscientes do valor de nossa proposta, confiamos na manifestação favorável dos nobres Pares.

PROJETO DE LEI N. 270/87

A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

#### D E C R E T A:

Art. 1.º - Fica decretada a obrigatoriedade de contratação de atores paranaen-

ses, devidamente habilitados e com o registro fornecido pela Delegacia Regional do Trabalho na Carteira Profissional, residentes no Paraná, para as campanhas publicitárias do Governo, tanto nas mídias eletrônicas como impressa.

Art. 2.º - Somente será permitida a "importação" de atores de outros Estados, em caso de os mesmos serem criadores de um determinado personagem a ser utilizado na mídia.

Art. 3.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 13.10.87.

(a) LINDOLFO JÚNIOR.

#### JUSTIFICATIVA:

O artista cênico do Paraná tem seu espaço de trabalho já reduzido, quer atuando no palco, quer no cinema, ou em qualquer outra forma de expressão de sua arte. Paga impostos como qualquer outro contribuinte de nosso Estado. No entanto, se vê relegado pelo seu próprio Estado, quando são produzidas campanhas publicitárias patrocinadas pelos governos estadual e municipais, amínde se vê campanhas paranistas usando atores "importados" de outros Estados, que recebem seus pagamentos daqui e gastam lá. Além do mais, seu sotaque não é paranaense, tornando a mensagem falsa.

O ator paranaense é tão bom como qualquer outro e precisa trabalhar.

PROJETO DE LEI N. 271/87

A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

#### D E C R E T A:

Art. 1.º - Fica implantada a FONOAUDIOLOGIA EDUCACIONAL em escolas de ensino regular de Primeiro Grau, no Estado do Paraná.

Art. 2.º - Para tal, fica obrigatória a contratação de um profissional da área, através de concurso público.

Art. 3.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 13.10.87.

(a) LINDOLFO JÚNIOR.

#### JUSTIFICATIVA:

Os distúrbios da comunicação (linguagem, fala, voz, audição, leitura e escrita) fatalmente interferem no desenvolvimento de uma criança.

Com a finalidade primordial de prevenir tais distúrbios, a fonoaudiologia vem brilhando de forma cada vez mais intensa na constelação educacional, auxiliando decisivamente no processo ensino-aprendizagem.

Considerando que todos os seres humanos recebem educação através da linguagem, que boa parte deste processo educativo ocorre na escola e que o papel desta é o

de dar a melhor educação para cada criança, e no mínimo obsoleto visualizarmos a escola desvinculada do fonoaudiólogo.

Ao propormos a obrigatoriedade do profissional em fonoaudiologia no quadro funcional de toda escola de ensino de primeiro grau do Estado do Paraná, enfatizamos o caráter profilático da atuação fonoaudiológica, o que se traduz basicamente em "integrar o indivíduo à sociedade do ponto de vista da comunicação, evitando que esta seja fator de desadaptação do homem na sociedade".

PROJETO DE LEI N. 272/87  
A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º - Fica criado, no Município de Iguaraçu, o Distrito Administrativo de Ângulo, com sede correspondente ao atual Distrito Judiciário, obedecendo as divisas seguintes:

1. Entre os Distritos de Ângulo e Iguaraçu:

Começa no Rio Pirapó, na foz do Ribeirão Valência, sobe por este até a foz do Córrego Jacinto, e por este acima até a rodovia PR-218, segue pela rodovia no sentido da sede distrital, até alcançar a Estrada Municipal IG-115, (também conhecida como estrada Rubin Machado), na divisa das Fazendas Criciúma e São Giacomo, segue pela referida estrada até alcançar o Espigão Mestre divisor das águas dos Rios Bandeirantes e Pirapó.

2. Com o Município de Santa Fé:

Começa no ponto de cruzamento da Estrada Municipal IG-115 (também conhecida como Estrada Rubin Machado), com o Espigão Mestre divisor das águas dos Rios Bandeirantes e Pirapó, seguindo pelo referido espigão até alcançar a nascente do Ribeirão Comércio Expedicionário, descendo por este até alcançar o cruzamento da Estrada Boiadeira.

3. Com o Município de Flórida:

Começa no ponto de cruzamento da Estrada da Boiadeira com o Ribeirão Comércio Expedicionário, descendo por este até sua foz no Ribeirão Coqueiro, e por este até sua foz no Rio Pirapó.

4. Com o Município de Mandaguaçu:

Começa na foz do Ribeirão Coqueiro no Rio Pirapó, sobe por este até foz do Ribeirão Atlântico.

5. Com o Município de Maringá:

Começa na foz do Ribeirão Atlântico no Rio Pirapó, sobe até a foz do Ribeirão Valência.

Art. 2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 13.10.87.

(a) QUIELSE CRISÓSTOMO.

JUSTIFICATIVA:

O anseio dos moradores do Ângulo em ver sua comunidade elevada à condição de Distrito Administrativo, é claro e conhecido, demonstrado inclusive no Ofício n. 128/85, de 30 de setembro de 1985, encaminhado pelo Sr. Prefeito à Câmara Municipal do Município de Iguaraçu.

Com a criação do solicitado, veremos fortalecidos ainda mais os setores de atividade daquela comuna, como os sócio-econômico, político e cultural, que se ressentem de tais condições para seu pleno desenvolvimento.

Para cumprimento das exigências legais, anexamos os seguintes documentos:

1. Ofício n. 128/85, da Prefeitura Municipal de Iguaraçu.
2. Projeto de Resolução n. 002/85, da Câmara Municipal de Iguaraçu.
3. Resolução n. 002/85, da Câmara Municipal de Iguaraçu.
4. Ofício n. DEGE/PR/1024, da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Delegacia do IBGE no Paraná.
5. Ofício DPI/D-072/87 - Proc. n. 2560, da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística do Rio de Janeiro, fls. 1 e 2.

Estas as razões que nos levam a apresentar o presente projeto de lei, que temos certeza, merecerá a aprovação desta Casa de Leis.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli)  
Finda a leitura do Expediente, no Pequeno Expediente concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Sr. Deputado João Arruda.

O SR. JOÃO ARRUDA - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados. (Lê):

"Desorganizado economicamente com a imposição do chamado plano cruzado, vê-se o nosso País cada vez mais sufocado pela incúria governamental.

O que mais importa ao Governo é arrecadar, seja criando novos impostos, seja travestindo-os de "empréstimos compulsórios", seja aumentando os já existentes, seja ainda tributando operações ou produtos até então isentos.

É preciso arrecadar!

Essa tem sido a filosofia e a marca do Governo. Os contribuintes, ou os consumidores, que se danem!

Os cofres da União, dos Estados e dos

Municípios, precisam sempre de mais dinheiro, pois os gastos não param de crescer.

Principalmente os gastos com empreguismo, com a execução de obras e programas de cunho meramente eleitoreiro, com a deslavada propaganda de cunho personalista em todos os meios de comunicação.

Ainda agora, subiu de novo a gasolina, e subiu um dia após todos os jornais e televisões anunciarem que não haveria aumento já, pois os problemas da PETROBRÁS exigiam uma solução definitiva e duradoura.

Mas, desmentindo as próprias argumentações oficiais, subiram mais uma vez a gasolina, o óleo diesel, o álcool e o gás de cozinha.

E subiram, contrariando ponto de vista firmado pelo Ministro responsável pelo setor, das Minas e Energia, que há tempos vem defendendo o fim do empréstimo compulsório sobre os combustíveis, por serem demasiadamente altos os preços praticados, fato esse que vem determinando a redução do consumo e ocasionando substancial aumento dos estoques - especialmente da gasolina.

Mas, não! Uma vez mais prevaleceu a sanha fisco-arrecadadora do Ministério da Fazenda. E os combustíveis subiram de novo. E com eles subirá tudo o mais, dada a lógica inexorável da relação causa e efeito.

O pior de tudo é que tais aumentos nada resolvem.

Ao contrário, apenas agravam as agruras do povo. E daqui a um mês, ou menos, estará a Petrobrás reclamando novos reajustes!

Lamentável, Senhor Presidente, Senhores Deputados!

Lamentável que a insensatez e a insensibilidade continuem prevalecendo. Basta, aliás, uma olhada diária nos jornais para se ver e sentir como anda a nossa economia, entregue a visionários e sonhadores.

Em todos os segmentos, o que existe é descontentamento, é incerteza, é desesperança.

Com efeito, o empresariado reclama por diretrizes mais seguras e coerentes para que possa investir e produzir. E a classe trabalhadora não vislumbra saída para a defasagem salarial cada vez mais acentuada e responsável pelo aguçamento dos desajustes sociais.

O mais grave é que aos pedidos de socorro, o sempre sorridente Ministro da Fazenda, executor da política peemedebista no Governo, acena sempre com a inevitabilidade de mais impostos, pois Sua Excelência ainda acha que o brasileiro paga pouco imposto!

Enquanto isso, a vida do brasileiro vai se decompondo, pois o poder aquisitivo

se reduz; ele come cada vez menos, não conta com apoio na doença e na velhice, não pode pagar escola para os filhos, não tem onde e como morar.

O Governo, por sua vez, passando do discurso à prática, o que faz? Simplesmente escarnece do povo: aumenta a gasolina, aumenta o I.P.I., o imposto de renda, o I.P.T.U., as tarifas de energia elétrica, do telefone, da água - ainda este mês o aumento será de cem por cento! - E, vejam bem, grava produtos essenciais como o leite, a carne, os ovos e outros mais, com um I.C.M. injusto e insuportável.

Por tudo isso, Senhor Presidente, Senhores Deputados, não podemos deixar de registrar nosso desalento diante de tanta insensatez e insensibilidade, diante de tamanho descaso para com o povo brasileiro, iludido por falsas promessas eleitorais e por falsos salvadores da Pátria.

Mais uma vez, desta tribuna, quero me posicionar contra toda essa balbúrdia criada em nossa economia pelos professores do PMDB, especialmente contra essa desastrosa e desvairada política de aumento de impostos, das taxas e das tarifas públicas, quando nada se faz no sentido de coibir os abusos, o empreguismo e, ainda por cima, através de propagandas mentirosas, se procura enganar a opinião pública, numa vã tentativa de anestesiá-la a capacidade de julgamento." (Termina de ler).

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) - Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Senhor Deputado José Felinto.

O SR. JOSÉ FELINTO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Há exatamente 15 dias atrás, recebíamos denúncia da comunidade de Foz do Iguaçu de que naquela cidade estava para se instalar um cassino clandestino, um cassino que seria um ponto de apoio para os grandes traficantes de drogas desta Nação. Conversamos com o Secretário da Segurança Pública e ele nos informava sobre sua posição, do Governo do Estado, cuja Secretaria estava trabalhando conjuntamente com a Polícia Federal, por orientação do Superintendente, Dr. Favet.

Fomos surpreendidos, sábado, com a prisão daqueles infratores da legislação brasileira, vindos da cidade do Rio de Janeiro. Sr. Presidente, Srs. Deputados, o que mais causou estranheza, a nós e à população, é que a segurança daqueles cidadãos era feita justamente pelas polícias militar e civil do Rio de Janeiro, saindo lá do Estado do Rio para vir tumultuar a estabilidade e a segurança do nosso Estado, que tem ido muito bem.

O que nos deixa revoltados, é que o irresponsável do Prefeito Dobrandino da Silva, que tem estragado, a cada instante, a cada minuto, a cidade de Foz do Iguaçu, dando todo apoio e respaldo para implantação do cassino, juntamente com o Deputado Federal Sérgio Spada.

Lamentamos profundamente a atitude do Prefeito da cidade de Foz do Iguaçu. Ao mesmo tempo em que era divulgado em Foz do Iguaçu o campeonato mundial de pára-que-dismo, estavam estampados nos jornais os abusos e desrespeito à legislação e quem sabe que, no futuro, um desvio de rota com relação ao tráfico, pois se sabe que dessas pessoas que lá participavam, muitos deles faziam parte do grupo do "Escadinha". Aliás, aqui nesta Casa mesmo, existem pessoas que, como os que naquele morro defendiam um traficante, defendiam um marginal, aqui nesta Casa também têm dado respaldo a alguns marginais do nosso Estado.

Pude observar o Líder do PFL, Deputado Basílio Zanusso, defendendo um assaltante, uma ladra, uma mulher sem compostura nenhuma, defendendo a posição daquela cidadã, a senhora Edemara - não sei se senhora, não sei o quê, porque hoje em dia se troca tanto o sexo, e aí eu não sei. Mas, lamento profundamente que, como aqueles que deram respaldo à irresponsabilidade e à infração da nossa legislação, também aqui tem sido dado respaldo a certas pessoas, a marginais e corruptos. Mas agora, quando não mais têm tido a oportunidade de participar das suas cabalas de corrupção, têm ficado irritados e chateados.

É, realmente, um fato lamentável que ocorre no nosso Estado do Paraná e espero que esta Casa de Leis, por cuja autonomia todos nós lutamos, não tenha arranhada a sua imagem por aqueles que defendem o roubo, a corrupção e tudo que é ilegal neste País.

Muito obrigado, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli)

Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Sr. Deputado Dirceu Manfrinato.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Declino, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli)

Havendo declinado, consulto o nosso Segundo Secretário se fará uso de sua inscrição. (Declina)

Havendo declinado, está encerrado o Pequeno Expediente, e concedo a palavra ao Sr. Deputado Nereu Carlos Massignan, no Grande Expediente. (Ausente)

Estando ausente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Lindolfo Júnior.

Vossa Excelência tem 30 minutos para

proferir sua oração.

O SR. LINDOLFO JÚNIOR - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados. (Lê):

A pequena unidade de produção agrícola tem uma importância social, econômica, política, e desempenha um grande papel. Ela reúne um segmento da nossa agricultura formado por aqueles que geram os produtos básicos da alimentação do brasileiro, com uma organização essencialmente familiar.

Explora as pequenas e médias propriedades em parcelas de terra, com baixa densidade de capital, geralmente com até 100 hectares, o que significa um contingente superior a 4 milhões de unidades produtivas.

A despeito de sua contribuição, a pequena produção agrícola enfrenta vários problemas. Entre outros, a falta de uma política essencialmente desenhada para este grupo social, o que o torna débil e incapaz de se defender. Tais fatos têm ocasionado uma indesejável e rápida concentração na agricultura brasileira. Tanto que, de acordo com as informações cadastrais do INCRA, em 1967, os imóveis com mais de mil hectares ocupavam 46,7% da superfície total dos imóveis do país e que, em 1984, passaram a deter 58,3%; em contrapartida, os com menos de 100 hectares passaram de 18,7 da área total de 1967, para apenas 14% em 1984. Partindo desta realidade, sugerimos o seguinte elenco de medidas para tornar viável a unidade familiar de produção agrícola do Brasil.

Uma política comercial, com liberdade para funcionamento do mercado de produtos agrícolas, mas com regras definidas de intervenção estatal, a fim de prevenir as grandes flutuações da renda. A essa liberdade não corresponde o lema liberal extremo de "quanto menos governo, melhor". O Estado não pode ficar impassível. Definitivamente, a agricultura dos pequenos não pode ficar desregulada, entregue à mão visível do mercado.

Uma política de financiamento, com o crédito rural desburocratizado, sem exigências nem encargos financeiros sintonizados com as reais condições socio-econômicas desses agricultores, seus grupos e associações.

Uma política tecnológica sem o caráter alienígena que comandou o processo de modernização agrícola dos anos 70. O meio ambiente não pode continuar a ser devastado. As tecnologias avançadas devem complementar as tradicionais e não substituí-las pois há lugar para ambas, com benefício para a Nação e para o pequeno agricultor.

Uma política de reforma agrária, que democratize o direito à propriedade para os pequenos agricultores, punindo legiti-



mamente todo aquele que detenha terras sem satisfazer suas obrigações sociais.

Uma política de organização rural, que seja parte fundamental da vida sócio-econômica do setor dos pequenos e médios agricultores. Obter uma oferta alta na porteira não garante, necessariamente, a apropriação dos benefícios por esses agricultores.

Uma política de apoio complementar, pois a condição de subdesenvolvimento de nosso País exige uma ação governamental, e da própria sociedade civil, com caráter educativo permanente. Assim, poderemos contar com um pequeno agricultor brasileiro, respeitador dos recursos naturais sob seu controle, sócio-economicamente forte nas negociações de seus interesses e politicamente capaz de se fazer representar e de impôr seu valor.

A Assistência Técnica e Extensão Rural Oficial deve ser capaz de assessorar os pequenos agricultores em suas decisões relativas ao processo produtivo, aos aspectos gerenciais de comercialização, de armazenagem, conservação, beneficiamento e transformação de seus produtos, assim como nas referentes a quaisquer das políticas já enumeradas. É preciso incluir no campo do assessoramento dos serviços de extensão rural aspectos ligados ao associativismo e à organização rural, bem como às questões de saúde, saneamento, higiene, capacitação, alimentação e nutrição.

Da mesma forma, a própria característica familiar dessas unidades demanda um tratamento específico dos problemas e interesses dos jovens rurais e das mulheres agricultoras, segmentos sociais de grande importância nas ações e decisões presentes e futuras que se fizerem no interior do subsetor.

Seguindo com esforço e dedicação estes princípios, esperamos estar obtendo uma agricultura ecologicamente equilibrada, energeticamente sustentável, tecnologicamente independente e adaptada às nossas reais condições sócio-econômicas e culturais. Como é por exemplo, o Programa de Governo do Governador Álvaro Dias, enviado aos Senhores Parlamentares que é, sem dúvida alguma, exemplo para o País.

O Sr. Nelson Vasconcellos - Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Caro Deputado Lindolfo Júnior, quero neste aparte parabenizá-lo pelo pronunciamento de alta relevância que Vossa Excelência faz dessa tribuna em benefício da agricultura e da ecologia no Estado do Paraná. Mas pediria a permissão de incluir no seu pronunciamento, também a nossa preocupação quanto a esta desastrosa política do nosso País.

Tenho a honra de representar, nesta Casa, uma das regiões mais pujantes, mais ricas da cafeicultura de nosso Estado, que são os municípios de Pérola, Altônia, São Jorge do Patrocínio, Boa Esperança e Umarama. Hoje, nos encontramos diante da maior safra cafeeira de nosso Estado, numa região onde predomina o minifúndio. Homens que para ali foram nos anos de 1957, 1958 e 1959, adquiriram 5, 10, 4, 3 alqueires de terra, derrubaram a mata, plantaram o café e hoje se vêem diante da maior safra. Mas, isto foi insuficiente diante da política econômica e agrícola deste Estado. Hoje, além de produzirem, venderem os seus produtos, estão sendo obrigados a entregar as propriedades às instituições financeiras deste País, aos bancos, porque não conseguem pagar com o trabalho, com a produção, aquela migalha que os bancos ofertaram, financiando o custeio de suas propriedades.

Por isto, venho aqui com o nosso clamor, revolta, e com o nosso protesto, somando-os ao seu, quanto a esta política econômica e agrícola deste País que não está fazendo uma reforma agrária, mas uma reforma agrária ao inverso; aqueles que têm propriedades estão entregando-as aos grupos econômicos, ao passo que uma grande parcela do povo brasileiro está procurando terras. Aí lhe pergunto e lanço esta grande preocupação: o que será da reforma agrária neste País quando aqueles que têm terras estão perdendo-as, embora produzindo, trabalhando e não conseguem sobreviver? Por isto temos que aqui, nesta Assembleia, aprimorar as soluções ao discutir cada vez mais o problema econômico e agrícola deste Estado e deste País. Não adianta fazer uma reforma agrária no papel, quando pessoas que lutaram, trabalharam, são proprietários e hoje estão entregando-as aos grupos econômicos deste Estado e deste País.

Quero parabenizá-lo pelo seu pronunciamento e esta é uma pequena interferência pela qual gostaria de lhe agradecer.

O SR. LINDOLFO JÚNIOR - Gostaria de dizer ao eminente Deputado representante também da região de Umarama, ao lado do Deputado Nilton Barbosa e de outros Parlamentares desta Casa, que Vossa Excelência vem enriquecer muito mais o nosso pronunciamento, ainda mais com a experiência que Vossa Excelência tem, de vários mandatos nesta Casa, Deputado Nelson Vasconcellos. Com muito prazer quero o aparte de Vossa Excelência também inserido nos Anais dentro do nosso pronunciamento. Concedo, com muita satisfação, o aparte ao eminente Deputado Dirceu Manfrinato.

O Sr. Dirceu Manfrinato - Agradeço a Vossa

Excelência e parabeno-o pelo assunto de grande importância que Vossa Excelência levanta na tribuna deste Poder Legislativo. Ele não é só de grande importância para o Estado do Paraná, mas principalmente para os Estados do Espírito Santo, Minas Gerais, São Paulo, que ainda detêm um dos maiores parques cafeeiros.

Eu, nesta oportunidade, gostaria de agradecer à Presidência deste Poder Legislativo, ao Senhor Presidente, Deputado Antônio Annibelli, e também ao Presidente da Comissão de Agricultura, Deputado Domingos Scarpellini, pelo apoio que nós teremos e contaremos, evidentemente, com a presença dos Senhores Deputados. Será feito, através da Assembléia Legislativa do Paraná, com a Comissão de Agricultura, o primeiro Simpósio, um Encontro de todos os representantes da área da cafeicultura do Paraná, aqui no Plenarinho da Assembléia Legislativa, previsto para 12 de outubro.

Entendo que, aliás, quero só retificar a data será dia 12 de novembro. Estaremos fazendo esse Simpósio com o apoio da Assembléia Legislativa do Paraná e entendo que nós, Parlamentares, principalmente Vossa Excelência, que ainda convive num dos parques cafeeiros da região do Norte do Paraná, com os Deputados Nelson Vasconcellos e Nilton Barbosa, local que é o primeiro parque cafeeiro paranaense, Altônia, sendo que o segundo é na região de Cianorte, e o terceiro, na região de Umuarama.

Eu acho de relevante importância quando Vossa Excelência levanta a situação da agricultura do nosso Estado, e hoje queremos afirmar que se não houver um apoio do Governo Federal, e também o que está sendo feito pelo Governo do Paraná, de Álvaro Dias, que ainda tem sido o sustentáculo da agricultura do Paraná, através do apoio também do seu irmão, Dr. Osmar Fernandes Dias, Secretário da Agricultura e Abastecimento, entendo que se nós, que somos a voz representativa de todos os segmentos de uma sociedade, não dermos o nosso grito de esperança e de avanço para atender a agricultura do Paraná, estaremos, evidentemente, apontando que no futuro haverá o sepultamento da agricultura e dos agricultores paranaenses.

E esse encontro, meu caro Deputado, será de grande relevância e importância para o Paraná e o Brasil inteiro. Nele nós receberemos os Secretários da Agricultura de São Paulo, de Minas Gerais e do Espírito Santo.

Haveremos de dar um apoio para que a nossa agricultura não venha sofrer mais do que está sofrendo, com desgaste, transformando os pequenos produtores novamente em bóia-frias no Paraná e até mesmo, nos favelados das grandes capitais brasileiras.

Eu o parabeno e agradeço o aparte de Vossa Excelência.

O SR. LINDOLFO JÚNIOR - Eu é que agradeço e desejo que seja um grande sucesso mais esse Encontro nesta Casa Legislativa, Deputado Dirceu Manfrinato, e gostaria de dizer a Vossa Excelência que, com muito prazer, prestigiarei e participarei desse Encontro, juntamente com Vossa Excelência e com os demais Parlamentares.

Falei, abordei a questão agrícola, Senhor Presidente, Senhores Deputados, porque o Paraná, contribui hoje, com mais de 25% da produção de grãos neste País. E precisamos olhar com um pouco mais de carinho para aquele homem do campo, esquecido, com as suas crianças que vêm inchar a cidade e fazer com que outras se tornem um campo de crianças abandonadas pela sorte, inoperância e pela imprudência de homens públicos insensatos e insensíveis.

Ontem, Senhor Presidente e Senhores Deputados, "Dia da Padroeira" deste País, dia 12, comemoramos o "Dia da Criança". E ontem, Senhor Presidente e Senhores Deputados, na minha cidade, num dos bairros da periferia, olhava para o rostinho de uma criança que está morrendo pela falta de assistência do município, e de consciência dos homens públicos.

Andando pelas diversas festas, estávamos na região de Maringá, mas nos encontramos também, no lugarejo, numa casinha pequena, simples, de uma família que percebe salário-mínimo. O pai, com 5 filhos e a mulher ganhando, Cz\$ 2.400,00 mais salário família alcançando a casa dos Cz\$ 3.000,00. O prato todos os dias, Senhores, arroz, feijão, polenta; na 3.<sup>a</sup> feira polenta, arroz, e feijão; na 4.<sup>a</sup> feira, polenta, caldo de feijão e arroz; e assim por diante.

Naquele momento, nos sentimos impotentes e envergonhados porque não podíamos cumprimentar aquelas crianças, uma, com 4 anos, com problema de coração, que terá que ser operada com 11 anos de idade. E o pai que não tem sequer dinheiro para a compra de remédios, não terá por certo dinheiro para pagar a operação que seu filho tanto precisa.

Uma família, Deputado Dirceu Manfrinato, que veio do campo. Uma família do campo, que vem para a cidade com as crianças e encontra uma cidade violenta, desumana, injusta, por causa de uma política totalmente contrária aos interesses do pequeno agricultor.

E naquela oportunidade, lembrava-me conversando com aquelas crianças das ruas de Maringá do projeto brilhante do Deputado Luiz Carlos Alborghetti, quanto às crianças de rua. Crianças abandonadas, que

precisam tocar, como já tocaram, o coração dos Parlamentares que estão nesta Casa, sendo revoltante, Senhores, ver tal situação a cada vez que nos dirigimos para o interior. Aqui mesmo, em Curitiba, o Deputado e radialista Algâci Túlio, comenta nos seus programas o problema da falta de condições para as crianças curitibanas, brasileiras. Investimos no idoso e na criança, acho que este é o melhor caminho, Senhor Presidente, orientando, dando condições de vida digna para a mãe que já tem um feto em seu útero, começando a gerar um ser humano, uma criança, para que venha perfeita ao mundo e para que possa, mais tarde, associar a sua inteligência, bem nutrida, com os filhos de Vossas Excelências, e dos homens que detêm uma melhor condição!

Confesso que me senti impotente e envergonhado ao ver aquela família com um salário-mínimo, com quatro filhos, uma mulher, o marido, portanto, seis bocas com apenas um salário de Cz\$ 3 mil cruzados!

E isso acontece Senhores! Esta família salário-mínimo é a família que se soma aos mais de 20 milhões de brasileiros que estão sofrendo pela falta de uma política justa e honesta!

O meu desabafo, Senhor Presidente, diante da situação com que nos deparamos, no interior do Estado, e aqui em Curitiba. E eu tenho a certeza, ontem, com muita fé, pedíamos, numa oração a Nossa Senhora Aparecida, que é a padroeira deste País, que, com seu manto sagrado cobrisse, não somente os lares de todos os brasileiros, mas a consciência política deste Estado e a consciência política desta nação.

Enquanto tivermos forças lutaremos ao lado de Vossas Excelências, ao lado de todos os Vereadores do Estado desta situação, e mostrar ao País, numa demonstração de apoio às medidas acertadas do Governador Álvaro Dias, que este é um Estado que, como dizia o seu "slogan", que quer avançar, e que vai avançar. Independente das cores partidárias, Senhores Deputados, assinaremos, avalizaremos as medidas acertadas do Governador Álvaro Dias!

Sei que todos os Partidos desta Casa têm o mesmo pensamento. Sei que o PDT, o PT, o PFL, o PL, que o PTB, e o PMDB, enfim, todos nós queremos o quê? Queremos um Estado melhor para nossas famílias! Queremos uma juventude com vontade e trabalhar! Queremos um professorado sendo valorizado e não só lembrado na época das eleições. E, na semana passada foi, ou está indo hoje para a sanção do Governador do Estado do Paraná, o regime diferenciado de trabalho para o professorado do Paraná. Lembrou-me naquela sessão tumultuada, das emendas que passaram, das emendas rejeitadas, mas, o que foi aprovado já significa um avanço

para o nosso Estado.

E é isso o que nós queremos, Srs. Deputados. Nós temos, sim, promessas a cumprir. Promessas de não traírmos a população do Estado do Paraná. E continuaremos o nosso intento, e continuaremos o nosso trabalho. E queremos que no próximo dia 12 de outubro, do próximo ano, no "Dia da Criança", possamos desta mesma tribuna dizer que as crianças do Estado do Paraná estão sendo mais acolhidas, que as autoridades recebem essas crianças de braços abertos e que as mães grávidas estão sendo valorizadas pela classe política do nosso Estado.

Encerro as minhas palavras, Sr. Presidente, agradecendo a paciência dos nobres Pares e agradecendo também às pessoas que nos visitam, e muito especialmente aos companheiros de Sarandi, o vice-Prefeito Hélio Gremes, o empresário Pedro Colle, às lideranças religiosas de Associações de Bairros, como o amigo Geraldo; o médico da família pobre do Jardim Independência; o amigo Cido; o companheiro Jair; Sarandi cresce, Senhores. Desta mesma tribuna defendemos este Município e tenho certeza que conseguiremos elevá-lo a Comarca. Queremos que também as crianças do nosso Estado, os agricultores e os professores que comemoram mais um "Dia do Professor", no dia 15, sejam também valorizados.

Era isso, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - No Horário das Lideranças, consulto o Partido Trabalhista Brasileiro, se fará uso do seu tempo. (Declina).

Havendo declinado, consulto à Liderança do Partido Democrático Trabalhista.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Rafael Greca.

O SR. RAFAEL GRECA - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Dias atrás nós assistimos, em programa de TV, de grande audiência, mais especificamente no programa editado pelo nosso colega Luiz Carlos Alborghetti, nobre Deputado desta Casa, o Senhor Secretário de Estado da Agricultura, Dr. Osmar Fernandes Dias, (rebatendo as acusações que lhe movem as implicadas no caso de desvio de verbas do PROMOPAR Estadual para campanha eleitoral, as Senhoras Edmara Lara e Rosane Zorning) perder a serenidade que Deus concede aos justos, e aos sem suspeita ou sem culpa, e passar a acusar, mais especificamente à Senhora Zorning, de meretriz, e de outros qualificativos inaceitáveis, ligados ao mau uso do baixo ventre.

Ora, gostaria de propor a esta Assembléia a seguinte questão:

- Devemos nós combater os atos de cor-

rupção; devemos combater os atos de roubo do dinheiro público; nos reportando ao que é feito com as mãos e o entendimento... jamais com o uso do baixo ventre?

Por que o Sr. Secretário envolveu a honra da família Zorning, que é tradicional em Curitiba - respeitada - se lhe sobram argumentos oficiais de defesa? Páginas inteiras de jornal, veiculadas oficialmente, dizem isso! Por que preferiu o Secretário, irmão do Governador, baixar o nível? Há suspeição sobre o governo no caso, a imprensa nacional fala em caixa dois para campanha.

A comunicação social do Palácio Iguaçu vai ter agora farto fórum para levar adiante argumentação em contrário, porque a grande imprensa fala nisto:

O Jornal "O Globo", na página 7, dedicada ao País, na última sexta-feira, dia 09 de outubro, já traz, em manchete que "O irmão do Governador do Paraná é acusado de corrupção." O Jornal "O Estado de São Paulo", dos bravos e combativos jornalistas Mesquita, sentinela da liberdade de expressão neste País, já traz editorial chamado "Fumaça de Corrupção" e se reporta ao nosso desditoso Paraná.

E ainda o "Jornal da Tarde" de São Paulo, do mesmo grupo editorial do Estadão, traz a manchete: "A funcionária volta e confirma o caixa dois de Álvaro Dias". Dizemos, portanto, que não se trata de somar com os corruptos. De maneira alguma! Trata-se de exigir justiça. Não se trata de endossar atos detestáveis de corrupção, dos quais são acusados essas duas moças e tantos outros, na cruzada atual do Palácio Iguaçu que tem feito um "auto de fé", com execução de pequenos, a cada queda de dois ou três pontos do PMDB no IBOPE, na preferência popular.

Trata-se, isto sim, de brigar pela respeitabilidade do direito de defesa dos réus, que, no momento acusados, ainda não podem ser tidos como réus de condenação, isto é, culpados!

É a luta pelo direito de defesa, trata-se de brigar pelo direito de livre arbítrio de cada pessoa - inclusive em errar! Se a Sra. Zorning é citada, e é ré de acusação, ainda não é de condenação, não é sentenciada.

A sua família e seu nome devem ser separados e isentos disto! Falo em nome da sociedade curitibana, de todos os níveis de renda, que está profundamente consternada por ter visto se instalar no Palácio Iguaçu a injustiça, - onde se substitui a verdade do Tribunal pelo "slogan" da mídia fácil; a verdade do Tribunal que se constrói com provas, evidências, a sentença, pelo "slogan" fácil da mídia eletrônica!

O Governo democrático e legítimo do

Paraná, que tem entre seus Secretários de Estado duas figuras da nitidez e da transparência dos juristas Acir Breda e René Ariel Dotti, não pode se transformar numa inquisitorial delegacia de polícia orientada só para proteger poderosos.

O Palácio do Governo não pode ser pintado de verde, como a casa verde do conto de Machado de Assis, "O Alienista", onde Simão Bacamarte, depois de habitar a casa verde, começou prendendo a mulher, o mordomo, a criada, o vigário, o delegado, e depois acabou prendendo a si mesmo, depois de trancar-se entre quatro paredes, e lançar a chave para fora.

Pela mesma razão do Palácio não ser a casa verde, pela mesma razão de não sermos nós, os Deputados, a imagem e semelhança do "Alienista", em nome dos direitos humanos, e do sagrado direito de defesa, nós pedimos compostura ao Palácio do Governo.

Compostura no sentido de não transformar réus em condenados. Compostura no direito de ser assegurado aos acusados, mesmo que do PMDB, quando de condição universitária, a prisão especial que a lei faculta e que tem sido negada. Aí também valem os direitos humanos, e o império da lei.

Nós pedimos compostura ao Poder - transitório que é - no sentido de considerar que parentesco não isenta os próximos ao Poder de suspeição.

Não faz o registro de batismo com igual nome do poderoso a faculdade da imunidade...

O Sr. Nelson Vasconcellos - Vossa Excelência concede-me um aparte?

O SR. RAFAEL GRECA - Um momento só, Deputado José Felinto, para que eu conclua o meu raciocínio.

O Sr. José Felinto - Não, agora não sou eu, agora foi o Deputado Nelson Vasconcellos.

O SR. RAFAEL GRECA - O exíguo tempo da oposição, exige o discurso rápido, tem Vossa Excelência toda mídia oficial para falar e o seu discurso oficial, mas dizia eu...

(vozes sobrepostas)

O SR. ALGACI TÚLIO (Pela Ordem) - Sr. Presidente, o Deputado Rafael Greca já deixou claro que não deixará de dar o aparte aos companheiros. A Oposição pede que, por favor, pelo menos no Horário das Oposições se dê respeito à Oposição, para que ela possa se pronunciar.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Continua com a palavra o Deputado Rafael

Greca, que se encontra na tribuna.

O SR. RAFAEL GRECA - Não se trata minha intervenção da construção de trincheira para esconder ou proteger corruptos, desavergonhados, de alma deslavada, os que roubaram o pão dos pobres ... Um deles, o há, em alto cargo federal aqui! - Se trata, Srs. Deputados, de exigir da consciência política do Paraná, aqui na Assembléia representada, o respeito ao Estado de Direito, o respeito às pessoas que ainda antes de serem condenadas formalmente pelos tribunais, têm sido linchadas moralmente no perverso tribunal da mídia paga.

Lutamos nós, no passado, pelo Estado de Direito, na Pontifícia Comissão de Justiça e Paz do Paraná, para que isto não tornasse a acontecer.

Precisamos pedir que o livre arbítrio de cada réu ou ré, - de errar - seja respeitado, sem envolver suas famílias.

Os que erraram, não erraram através de seus filhos, nem de seus pais, parentes, descendentes ou ascendentes ...

Em nome das famílias atingidas e lamentando que o tempo dispensado por esta presidência às palavras das Oposições seja tão econômico e tão parcial para a maioria, encerro o pronunciamento lembrando o Evangelho:

+ Bem-aventurados os perseguidos por causa da justiça. Bem-aventurados pois, qualquer o seu partido, até que se prove sua culpa. E ainda que se deteste o pecado, a culpa, - manda-se que se respeite o pecador, o culpado.

Muito obrigado. (Com revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Consulta à Liderança do PDS se fará uso do seu Horário. (Declina).

Havendo declinado, consulto à Liderança do PFL. (Declina).

Havendo declinado, consulto à Liderança do PL. (Declina).

Havendo declinado, consulto à Liderança do PTB. (Declina).

Havendo declinado, consulto à Liderança do PMDB.

Com a palavra o Senhor Deputado Caíto Quintana.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Sr. Presidente, Srs. Parlamentares.

O Evangelho do Deputado Rafael Greca, possivelmente não seja o mesmo Evangelho que eu conheço, que é livro de cabeceira da minha cama, por meio do qual eu fui ensinado desde menino.

Não se mistura, nobre Deputado, o Evangelho, o que é justo, o que é injusto, com atos que são apurados na justiça. Eu creio que o assunto envolvendo denún-

cias contra o Secretário Osmar Dias e o Assessor Teófilo Bacha, é assunto que ganhou uma notoriedade, discursos, exatamente porque tende a colocar dúvidas, manchas graciosamente, na figura de pessoas, não na figura de um Secretário de Estado, não na figura de um assessor, mas na política que representam, com o esquecimento de que o secretário, o assessor, o político é uma pessoa física, com uma idoneidade comprovada, com uma vida, com um passado, com um presente e com um futuro.

Não vejo como nós tenhamos que continuar sustentando aquilo que faz parte do inquérito, que por certo fará parte da justiça - porque houve uma representação, e nos antecipamos ao fato querendo fazer um pré-julgamento, quando, tenho certeza absoluta, desconhecemos todos nós os documentos comprobatórios, a origem das denúncias, aquilo que possa ser defesa, e aquilo que possa ser acusação.

Acho, nobres Parlamentares e Senhor Presidente, que temos aí apenas um envolvimento político, uma tentativa de se frear a ação moralizadora do Governo Álvaro Dias, colocando nas mãos dos réus a única defesa que lhes resta: a confissão de que subtraíram, mas deram o dinheiro àqueles que hoje estão acusando.

O Sr. Nelson Vasconcellos - Vossa Excelência permite um aparte, Deputado? (Assentimento).

Caro Deputado Caíto Quintana, estamos atentos ao seu pronunciamento e queremos aqui neste momento dizer que o Deputado Rafael Greca confunde a religião com aqueles que enlamearam as suas mãos na podridão da corrupção. Pessoas - réus confessos - confessaram que roubaram e tentam com as suas mãos sujas enlamear homens de bem, homens de caráter, homens de personalidade.

Concordamos até com ele que essas pessoas ainda não foram julgadas pela Justiça, mas sua consciência, e nas consciências dessas pessoas que praticaram a corrupção, elas já se declararam corruptas e tentam jogar à sua frente pessoas que nada têm a ver com o processo da corrupção.

Por isso, fica aqui o meu protesto ao Deputado Rafael Greca. Não conheço as pessoas envolvidas na trama e no roubo da PROMOPAR, mas acho - e sempre defendi assim - que quem rouba tem que ir para a cadeia. E temos a certeza de que a Justiça não falhará, condenando aqueles que roubaram, dos cofres deste Estado, impostos pagos pela classe trabalhadora deste Estado, e o dinheiro que tinha de ser devolvido em cadeiras de rodas, óculos, assistência social, através da PROMOPAR, mas, infelizmente foram mal geridos esses recursos. E essas pessoas têm que pagar, e não adianta

querer comparar aquele que é ladrão, aquele que praticou o roubo, em detrimento da religião, querendo comparar religião com ladrão. Eu acho que isso não existe, embora Cristo tenha sido crucificado entre dois ladrões.

Mas com isso ele deu o exemplo de que não é assim que deve ser continuada a nossa História.

Por isso, eu acho que Vossa Excelência, Deputado Caíto Quintana, está numa linha certa e defendendo aquilo que é de direito, e da razão: ladrão na cadeia. E não podemos deixar que pessoas como Osmar Dias e Teófilo Bacha venham ser discriminados e penalizados por aqueles que sujam as mãos com o dinheiro do povo.

Muito obrigado.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Deputado Nelson Vasconcellos, é a segunda, terceira vez que uso a tribuna para falar sobre este assunto, sempre na defesa, na defesa da dignidade daqueles que estão sendo acusados levianamente, nunca para acusar as possíveis rés da história. Porque também não conheço o processo. Mas me chama a atenção quando vejo a citação do evangelho, nobre Deputado, porque os livros sagrados têm passagens bem mais interessantes para serem citados, na demonstração de que Cristo com toda sua liberdade pregada, com toda a sua formação cristã, com toda sua luta pelos pobres e oprimidos, Cristo num determinado momento, de chicote na mão, expulsou os vendilhões do templo. Os vendilhões do templo, nobre Parlamentar, representam talvez na atualidade os vendilhões dos recursos destinados aos mais sofredos, aos mais carentes, aos mais necessitados, aqueles que por intenção própria, por vontade pessoal, por benefício pessoal lesam. A PROMOPAR, é um órgão destinado a ajudar aqueles que mais precisam e eu deixaria uma pergunta, sem entrar no mérito da questão: Até onde serviria como defesa para alguém dizer que subtraiu para dar aos outros? Seria um crime praticado da mesma forma se assim tivesse ocorrido.

Então, Senhor Presidente e Senhores Parlamentares, a moralidade pública deve ser preservada e eu espero que continue sendo preservada e que continue se punindo aqueles que na verdade, embora façam parte de uma casta social privilegiada, tenham o que pagar.

Porque, afinal de contas, é a cobrança que todos fazemos.

Nem só aos pobres, aos ricos também haja justiça!

O Sr. Nilton Barbosa - Vossa Excelência me concede um aparte? (Assentimento).

Eu agradeço o aparte que Vossa Excelência me concede. Gostaria de dirigir-me

ao Deputado Rafael Greca dizendo que na verdade há uma preocupação da família curitibana, e do povo curitibano. Porque nós temos contactado com diversos amigos de famílias tradicionais de Curitiba e eles estão aplaudindo as decisões do Governador Álvaro Dias. É evidente que o povo do Paraná ficou perplexo quando viu a denúncia de Rosane Zornig acusando o Secretário da Agricultura, Dr. Osmar Dias. Ela poderia ter pego outro nome, tantos nomes que participaram da campanha do Governador. Mas ela escolheu o irmão do Governador para feri-lo. E a verdade é que quanto à denúncia feita contra Rosane, a própria família de Rosane, antes mesmo do caso vir à tona, aparecer na imprensa, família já estava preocupada há muito tempo, porque até mesmo um tio dela, médico de nome do Paraná, já se preocupava com as atitudes da sobrinha, por informações, inclusive, de seus próprios irmãos e de seus primos. A família, Deputado Rafael Greca, já tinha conhecimento da corrupção das mãozinhas da Rosane no dinheiro da PROMOPAR, mesmo antes da imprensa divulgar, mesmo antes do caso vir aqui à Assembléia Legislativa.

É aquele ditado que está na Bíblia: "Quem dá ao pobre empresta a Deus; quem tira do pobre empresta ao diabo, vá para o inferno e fique na cadeia!"

Muito obrigado.

O SR. JOSÉ FELINTO - (Questão de Ordem) É bíblico que aqueles que aumentam as palavras de Deus, aumentarão as pragas, e os que as diminuem terão diminuídos seus anos de vida. Então, para que o Deputado Rafael Greca não tenha assim alguns problemas perante Deus, eu gostaria de deixar escrito para ele, aqui, segundo São Paulo, capítulo 2 verso 4, que diz: "Porque Deus não perdoou os anjos que pecaram, mas havendo lançado no inferno, os entregou às cadeias da escuridão, ficando reservado para eles o juízo".

O SR. RAFAEL GRECA - (Pela Ordem) Dispensando Senhor Presidente, os serviços confissionais do Deputado José Felinto, mesmo porque ele não é da mesma denominação religiosa que a minha e o meu confessor é mais preparado, eu gostaria de indagar da Mesa onde anda a mensagem de aumento do funcionalismo público, a mensagem que fará a Lei decorrente do Plano Bresser, qual seja, esta mensagem que prevê que um resíduo de junho, mais a média da inflação do trimestre, seja paga ao funcionalismo, 6,7% em setembro, 6,27% em outubro e 6,7% em novembro. A mensagem estaria na Assembléia.

Segundo sabemos, as folhas de pagamento estão sendo feitas.

E para que não sejam acusados os Se-



nhores Deputados de impedir ou escorchar ainda mais o bolso dos servidores, porque, pelo que se vê, só se vai pagar em novembro, e com defasagem grave, grave, para o bolso do trabalhador, gostaria de consultar quando vem para a Ordem do Dia esta importante mensagem governamental, que se é decorrente dos Planos Federais, ela já está na Casa.

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) Esta Presidência informa que este Projeto de Lei encontra-se tramitando nas Comissões. Faremos com que o mais rápido possível venha para votação da Ordem do Dia.

O SR. EDMAR LUIZ COSTA - (Pela Ordem) -

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) - Pela Ordem concedo a palavra ao Senhor Deputado Edmar Luiz Costa.

O SR. EDMAR LUIZ COSTA - Senhor Presidente, faço uma solicitação à Mesa para que encareça junto às Lideranças da Frente Liberal, do PDT e ao nosso Líder, Deputado Caíto Quintana, para que façam ainda hoje a indicação de suplentes para a CPI do Banco Del Paraná, porque estamos encontrando dificuldades na obtenção de "quorum", em virtude de que muitos dos membros da CPI têm tido missões oficiais, fora desta Casa, durante os últimos dias e a existência de suplentes permitirá a convocação dos mesmos e nós não interrompemos os nossos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) Esta Presidência encarece aos Senhores Líderes dos Partidos nominados pelo Deputado Edmar Luiz Costa para que indiquem os suplentes para a CPI do Banco Del Paraná, evitando assim delongas no decorrer deste processo.

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) Está encerrada a Hora do Expediente. Passa-se à

#### ORDEM DO DIA;

com a presença de 42 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Quielse Crisóstomo, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Eduardo Baggio, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente, solicitando preferência de votação ao Projeto de Lei n. 35/86, em 2.ª Discussão na Ordem do Dia de hoje. Aprovado.

De conformidade com o requerimento de preferência de votação acima aprovado:

2.ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 35/86, de autoria do Deputado DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR, que dispõe a obrigatoriedade do diagnóstico precoce da fenilcetonúria (FNC) e do hipotireoidismo congênito (HC), nas Casas Hospitalares do Paraná. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.S.P., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Em votação.

Sobre o referido projeto, Emenda Substitutiva de Plenário, de autoria do Senhor Deputado Djalma de Almeida César, devidamente apoiada, nos seguintes termos:

#### EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL DE PLENÁRIO AO PROJETO DE LEI N. 35/86

"Art. 1º - É obrigatória a realização de provas para o diagnóstico precoce da fenilcetonúria (FNC), do hipotireoidismo congênito (HC), do mongolismo e outras más formações genéticas e cromossômicas, em todas as crianças nascidas nas maternidades e casas hospitalares mantidas pelo Estado do Paraná.

Parágrafo Único - Aplica-se o disposto neste artigo às maternidades e casas hospitalares particulares subvencionadas pelo Estado, ou conveniadas com o IPE (Instituto de Previdência e Assistência aos Servidores do Estado do Paraná)".

"Art. 2º - A estrutura hospitalar que se propor a atender gestantes e recém-nascidos deve ter instalações e equipamento mínimo necessário para prestar assistência à gestante e recém-nat<sup>o</sup> normais e em situações de emergência.

§ 1º - A estrutura hospitalar que se propor a atender um número igual ou superior a 100 (cem) nascimentos ao mês deve ter condições de instalações, pessoal e equipamento necessário para prestar assistência à gestante e recém-nat<sup>o</sup> normal e de médio risco.

§ 2º - A estrutura hospitalar que se propor a atender um número igual ou superior a 300 (trezentos) nascimentos por mês deve ter condições de instalações, pessoal e equipamento para prestar assistência à gestante e recém-nat<sup>o</sup> normal, de médio



risco e de alto risco, incluindo uma Unidade de Terapia Intensiva Neonatal".

"Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário".

Sala das Sessões, em 13.10.87.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

Apoio: Raul Lopes, Dirceu Manfrinato, Sabino Campos, Nilton Barbosa, Algaci Túlio.

Emenda. Aprovada.

Passaremos à apreciação do restante da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

REDAÇÃO FINAL - Do Projeto de Resolução n. 41/87 (Mensagem n. 47/87 ex-Proposição n. 55/87), que aprova convênios celebrados em 13 de março de 1987, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Interior e os Municípios que especifica, objetivando a execução de obras de Controle da Erosão Urbana. Aprovado. (Public. no DA. n. 57 de 28.05.87 - Mensagem).

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 202/87, de autoria do Deputado Homero Oguido, que eleva o número de Vereadores da Câmara Municipal de Cambé, a partir da próxima Legislatura, passando a contar com 11 (onze) Vereadores. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 185/85, de autoria dos Deputados Eduardo Baggio e Anibal Khury, que dá nova redação ao artigo 2º da Lei n. 7787, de 21/12/83 e adota outras providências. (Assegura enquadramento ao funcionário estável, ocupante do cargo da estrutura do Grupo Ocupacional "TAF", com mais de 20 anos de serviços prestados a CRE). Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.R.H., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Em votação.

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Senhor Deputado Caíto Quintana, constante do expediente, solicitando seja retirado da Ordem do Dia por 10 sessões, o Projeto de Lei n. 185/85. Aprovado. Fica portanto, retirado por 10 sessões, o Projeto de Lei n. 185/85.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 183/86, de autoria do Deputado Nilson Sguarezi, que autoriza o Poder Executivo promover a continuidade da pavimentação asfáltica da estrada que liga a localidade de ramal 7 até o Distrito de São José do Ivaí, no Município de Santa Izabel do Ivaí. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.O.T.C., por unanimidade. EM REGI-

ME DE URGÊNCIA. Em votação.

O SR. CAÍTO QUINTANA (Pela Ordem). Senhor Presidente. Só para encaminhar a votação do PMDB, porque esse projeto do Deputado Nilso Sguarezi, na verdade, não faz parte de um projeto de Lei. Está apenas autorizando a continuidade.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - A Mesa retifica e entende que está rejeitado.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 217/86, de autoria do Deputado Edmar Luiz Costa, que estabelece normas para a expedição e renovação de alvará de licença a estabelecimentos comerciais do ramo farmacêutico, conforme especifica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.S.P., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Em votação.

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Senhor Deputado Caíto Quintana, constante do expediente, solicitando seja retirado da Ordem do Dia por 10 sessões, o Projeto de Lei n. 217/86. Aprovado. Fica portanto, retirado por 10 sessões, o Projeto de Lei n. 217/86.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 261/86, de autoria do Deputado Anibal Khury, que dá nova redação ao art. 1º, da Lei n. 7.980, de 30/11/84 (o IPE custeará as despesas médico-hospitalares, dos funcionários públicos estaduais internados em consequência de acidentes sofridos durante o desempenho de suas funções), conforme especifica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Em votação.

Sobre o referido projeto, emenda modificativa de Plenário, de autoria do Sr. Deputado Pedro Tonelli, devidamente apoiada, nos seguintes termos:

#### EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO

AO PROJETO DE LEI N. 261/86

Art. 1º - O art. 1º da Lei n. 7980

.....

"Art. 1º - O Instituto de Previdência e Assistência aos servidores do Estado - IPE, custeará as despesas médico-hospitalares, em acomodação individual com direito a acompanhante, dos funcionários públicos contribuintes daquele Instituto internados em consequência de ferimentos ou acidentes sofridos durante o desempenho de suas funções, na base de 100% sobre a tabela vigente na Autarquia, na época do acidente.

Parágrafo Único - .....

Art. 2º - .....

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogada a Lei n.

7.890 de 30 de novembro de 1984.

Sala das Sessões, em 13.10.87.

(a) PEDRO TONELLI

Apoio: João Arruda, Algaci Túlio, David Cheriegate e Antônio Costenaro Neto.

#### JUSTIFICATIVA:

Pretende-se com esta emenda estender este benefício, além dos funcionários estatutários, aos contratados em cargos de comissão ou de outra forma, exceto os celetistas, que contribuam com o Instituto de Previdência Estadual.

Sobre o referido Projeto, requerimento de autoria do Senhor Deputado Caíto Quintana, constante do expediente, solicitando a retirada e envio às Comissões de Constituição e Justiça, Finanças e Saúde, para estudo da emenda apresentada em 2. Discussão. **Aprovado.**

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 75/87, de autoria do Deputado Ferrari Júnior, que declara de Utilidade Pública a "APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais do Município de Marialva", com sede e foro no Município de Marialva - PR. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. **Aprovado, artigo por artigo.**

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 83/87, de autoria do Deputado Domingos Scarpellini, que declara de Utilidade Pública o "Clube de Oratória de Apucarana", com sede e foro no mesmo Município. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. **Aprovado, artigo por artigo.**

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 104/87, de autoria do Deputado Dirceu Manfrinato, que denomina a estrada que liga Japurá a São Carlos do Ivaí, de "MARIA NIFA GARANHÃO". Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.O.T.C., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. **Aprovado, artigo por artigo.**

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 142/87, de autoria do Deputado Homero Oguido, que cria o Distrito Administrativo de Pau D'Alho do Sul, no Município de Assaí, com sede na localidade do mesmo nome e as divisas que especifica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.T.I.C., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. **Aprovado, artigo por artigo.**

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Sobre a mesa requerimento de autoria do Senhor Deputado Werner Wanderer, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do jovem Vilson de Pauli,

ocorrido no dia 08 de outubro do corrente ano, no Município de Missal. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente, solicitando voto de regozijo ao Município de Rio Branco do Sul, pela passagem do 40º aniversário. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente, solicitando voto de congratulações ao Corpo de Bombeiros do Paraná, pela comemoração do "Jubileu de Diamante", ocorrido no dia 08 de outubro do corrente ano. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado José Afonso Júnior, constante do expediente, solicitando Regime de Urgência para o Projeto de Lei n. 253/87, oriundo da Mensagem Governamental n. 89/87. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente, solicitando seja reincluído na Ordem do Dia da próxima sessão, o Projeto de Lei n. 199/86, que concede o Título de Cidadão Honorário do Paraná ao padre José de Almeida Penalva, em REGIME DE URGÊNCIA. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente aos Senhores Governador do Estado e Secretário de Estado do Trabalho e Ação Social, viabilizando melhoria salarial para o pessoal da Polícia Rodoviária Estadual. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente de sessão anterior, solicitando envio de expediente aos Senhores Presidente da Assembleia Nacional Constituinte e ao Relator Bernardo Cabral, solicitando voto de repúdio ao Substitutivo Constitucional, estabelecendo que os professores não serão mais contemplados com a aposentadoria aos 25 anos de serviços. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Ezequias Losso, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente aos Senhores Ministro da Fazenda e Ministro da Agricultura solicitando agilização na liberação de recursos financeiros para o agricultor. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Haroldo Rodrigues Ferreira, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente aos Senhores Governador do Estado e Reitor da Universidade Estadual de Londrina, encarecendo a agilização de medidas que efe-

tiveram o funcionamento da Unidade Mista dos 5 Conjuntos Habitacionais da Região Norte do Município de Londrina. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Domingos Scarpellini, constante do expediente de sessão anterior, solicitando a formação de uma comissão de Deputados para acompanhar o despejo de aproximadamente 500 famílias que estão sendo ameaçadas de despejo na Conectora a 5. Em votação.

Esta Presidência solicita ao nobre Deputado Domingos Scarpellini que indique o número de membros para a comissão.

Não estando presente o Deputado Domingos Scarpellini, fica para a próxima sessão a votação do requerimento.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Antônio Belinati, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Presidente do BANESEDO S/A, encarecendo informações sobre o número de vagas abertas para o próximo concurso do Banco. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Antônio Belinati, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Presidente do BADEP, encarecendo informações sobre a dívida contraída pelo Município de Londrina com essa instituição, a partir de 1º de fevereiro de 1983 até a presente data. Em votação.

O SR. CAÍTO QUINTANA (Pela Ordem) - Solicito que Vossa Excelência leia o teor do requerimento do Deputado Antônio Belinati.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Solicito ao Senhor 1º Secretário que proceda à leitura do requerimento do Deputado Antônio Belinati.

O SR. 1º SECRETÁRIO (José Alves) - Faz a leitura do requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) Está em Votação o requerimento que acaba de ser lido. Aprovado.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente, solicitando voto de congratulações pelo sucesso alcançado pela realização da I Mostra de Cinema Latino-Americano do Paraná. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente aos Senhores Presidentes e ao Relator da Assembleia Nacional Constituinte, encarecendo que as entidades

SESC, SENAC, SESI e SENAI, sejam preservadas nos moldes como vem existindo desde sua criação, permanecendo como entidades de Direito Privado. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Pedro Tonelli, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Delegado Regional do Trabalho, no Paraná, viabilizando uma solução satisfatória ao problema surgido durante o processo de convocação de eleições para diretoria do Sindicato dos Trabalhadores na Construção Civil, no Município de Maringá. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Nestor Baptista, constante do expediente de sessão anterior, solicitando a transcrição nos Anais da Casa do Artigo intitulado "Feras Encurraladas, apenas!". Aprovado. À Diretoria Legislativa. (A matéria acha-se publicada no final desta Ata).

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Homero Oguido, constante do expediente, de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário de Estado da Administração, encarecendo reparos no prédio da APAE - Nossa Escolinha de Educação da Criança Excepcional, do Município de 1º de Maio. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado David Cheriegate, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente aos Senhores Presidente da República, Ministro dos Transportes, Ministro das Minas e Energia, Governador do Estado, solicitando providências na definição dos recursos financeiros para a conclusão da ponte sobre o Rio Paraná, no Município de Guaíra, ligando o Estado do Paraná ao Estado do Mato Grosso do Sul. Em votação.

O SR. CAÍTO QUINTANA (Pela Ordem) - Senhor Presidente, gostaria de conhecer o inteiro teor deste requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Solicito ao Senhor 1º Secretário que leia o inteiro teor deste requerimento.

O Sr. 1º Secretário (José Alves) - Proceda à leitura do Requerimento do Deputado David Cheriegate.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Em votação o requerimento que acaba de ser lido. Aprovado.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado David Cheriegate, constante do expediente, solicitando o envio de expedien-

te aos Senhores Governador do Estado e Secretário da Educação, viabilizando a instalação de ensino de 2º Grau no Colégio Castelo Branco, Bairro Parque São Paulo, no Município de Cascavel. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Homero Oguido, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Presidente do Banco do Brasil, viabilizando a transformação em Agência do posto avançado do Distrito de Tamarana, no Município de Londrina. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Homero Oguido, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário de Estado da Indústria e do Comércio, encarecendo a instalação do terceiro abatedouro de coelhos do Paraná, no Município de Londrina. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rafael Greca, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Presidente da TELEPAR, pleiteando a instalação de telefones comunitários nos postos e clubes de mães da Associação de Proteção à Maternidade à Infância Zaza Lattes, nesta Capital. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rafael Greca, constante do expediente, solicitando votos de congratulações à Regional do Paraná da Sociedade Brasileira de Angiologia e Cirurgia Cardiovascular, pela realização do XXVII Congresso Médico, realizado nesta Capital. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor deputado Algaci Túlio, constante do expediente, solicitando votos de congratulações ao Vila Fanny Futebol Clube desta Capital pela passagem do 35º aniversário de fundação. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente, solicitando voto de congratulações ao Coritiba Futebol Clube, desta Capital, pela passagem do 78º aniversário de fundação. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente, solicitando voto de congratulações ao município de Almirante Tamandaré, pela passagem do 40º aniversário de fundação. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente, solicitando voto de congratulações à Diretoria da Associação Médica do Paraná, eleita para o biênio 87/89. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor De-

putado José Afonso Júnior, constante do expediente, solicitando voto de congratulações ao Corpo de Bombeiros da Polícia Militar do Paraná, pela passagem do seu Jubileu de Diamante. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado José Afonso Júnior, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário de Estado da Cultura, cumprimentando-o pela simplicidade de comportamento no atendimento e solução dos problemas de sua Pasta. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Valderi Mendes Vilela, constante do expediente, solicitando voto de congratulações ao Município de São Jerônimo da Serra, pela passagem do aniversário de sua Emancipação Política. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Valderi Mendes Vilela, constante do expediente, solicitando voto de congratulações ao Município de Santa Mariana, pela passagem do seu aniversário de emancipação política. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Valderi Mendes Vilela, constante do expediente, solicitando voto de congratulações ao Município de Jataizinho, pela passagem de seu aniversário de emancipação política. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Werner Wanderer, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Presidente da TELEPAR, encarecendo a instalação de mono-canal para a localidade de Linha Bananeira, Distrito de Jardinópolis, Município de Medianeira. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado José Rogério Carvalho, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Senhores Presidente da República, Ministros da Fazenda e da Agricultura, Secretário de Estado da Agricultura e Abastecimento, Presidente do Banco do Brasil, Presidente da CFP e Diretor de Crédito Rural do Banco do Brasil, encarecendo seja mantida a prioridade na recepção de trigo pelas cooperativas, conforme portaria da SUNAB. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações à Casa de Recuperação Nova Vida - CRENVI, pela inauguração de sua sede própria. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Ezequias Losso, constante do expe-

diente, solicitando voto de congratulações aos engenheiros agrônomos do Paraná, pela comemoração do seu dia. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Ezequias Losso, constante do expediente, solicitando voto de congratulações ao "Lions Clube do Paraná", pela passagem dos seus 70 anos de fundação. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Ezequias Losso, constante do expediente, solicitando voto de congratulações ao Município de Arapongas, pela comemoração dos seus 40 anos de existência. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Ezequias Losso, constante do expediente, solicitando voto de louvor à APAE - Associação de Pais e Amigos de Excepcionais, pelo trabalho que vem realizando no sentido de recuperação e estímulo à manifestação da capacidade dos alunos possibilitando a integração no mercado de trabalho. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Ezequias Losso, constante do expediente, solicitando voto de louvor ao Município de Sarandi, pela passagem de seu 5º aniversário de fundação. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado José Felinto, constante do expediente, solicitando voto de repúdio ao Prefeito Municipal de Foz do Iguaçu, pela intenção da implantação de um Cassino naquele Município. Em votação.

O SR. CAÍTO QUINTANA - (Pela Ordem) Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do Artigo 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Antônio Costenaro Neto com apoio dos Senhores Deputados David Chierigate e Werner Wanderer, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário dos Transportes, objetivando a aceleração das obras de construção da estrada que liga os Municípios de Barbosa Ferraz à Iretama. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Alexandre Ceranto, constante de expediente de sessão anterior, solicitando voto de repúdio ao Substitutivo Bernardo Cabral no que concerne a Lei de aposentadoria aos professores do Brasil. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Antônio Belinati, constante do ex-

pediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Ministro da Justiça, encarecendo sua interveniência para que sejam libertados os ex-membros do Partido dos Trabalhadores, que se encontram presos em Salvador, acusados de tentarem assaltar o Banco do Brasil. Em votação.

O SR. CAÍTO QUINTANA - (Pela Ordem) Senhor Presidente, embora reconheça a luta de todos os povos pelo seus direitos, pelas suas ideologias, acho, no meu modo de entender, que a essa Assembléia Legislativa não caberia a aprovação de um requerimento ao Ministro da Justiça de repúdio a um ato externo dessa Nação, seria uma ingerência na soberania de qualquer País, a mesma ingerência que nós brasileiros não gostaríamos que outros Países tivessem conosco, razão pela qual eu me manifesto contra.

O Sr. Rafael Greca - Eu peço a leitura do requerimento.

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) Esta Presidência solicita ao 1º Secretário que proceda a leitura do inteiro teor do Requerimento do Deputado Antônio Belinati.

(O Sr. 1º Secretário: Lê o Requerimento)

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) Está em votação o requerimento.

Pela Ordem concedo a palavra ao Deputado Rafael Greca, para encaminhar.

O SR. RAFAEL GRECA - Senhor Presidente, o texto do requerimento do Deputado Antônio Belinati propõe que os Senhores Deputados aqui presentes se manifestem pela clemência, ou seja, pela anistia aos presos de uma certa forma políticos implicados numa tentativa de assalto a banco para custear atividades partidárias de discutível aplicação no Partido dos Trabalhadores. O Deputado Pedro Tonelli, Líder do Partido dos Trabalhadores, encontra-se hoje sem voz acometido pela forte gripe que mercê da intempérie que se instalou na nossa cidade e que também em parte me atingiu. Então eu imagino, devamos adiar a votação do presente requerimento para que seu próprio autor venha defendê-lo e assim explique porque solicita da Assembléia ou do Plenário egrégio da Casa, que é consciência do Paraná, uma moção de clemência dirigida ao Ministro da Justiça. De resto, eu não me manifestaria, Senhor Presidente, contrário à idéia da clemência porque ela é também uma lição de justiça e um apanágio dos príncipes grandiosos. No entanto, como o quadro político do Brasil é gravemente mesquinho, eu imagino que precise "quorum" maior de Deputados para que esta

Assembleia possa deliberar a favor ou contra, e a deliberação seja representativa.

Assim, eu represento no sentido do adiamento da discussão até oportuna defesa do Líder Antônio Belinati, do teor da sua proposição.

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) Esta Presidência informa que de acordo com o Artigo 110 do Regimento Interno e já estando em fase de votação, não vê como mais o adiamento da sua solicitação, portanto está em votação o requerimento.

O SR. CAÍTO QUINTANA - (Para encaminhar) Senhor Presidente, eu mantenho o mesmo posicionamento anterior, de votação contrária, e justifico o porquê. Quando ocorreram tais fatos, as negativas foram constantes, inclusive do Partido dos Trabalhadores, de que esse assalto tivesse ocorrido por militantes do Partido, com fins de arrecadação de fundos para o Partido. E sou da opinião de que não podemos, nesta Nação, misturar preso comum com preso político, crime comum com preso político. Poderia, Senhor Presidente, mudar a minha opinião de voto, desde que o representante do PT, aqui presente, Líder do Partido dos Trabalhadores, se pronunciasse no sentido de dizer que esta é concepção do Partido dos Trabalhadores e que realmente esse frustrado assalto a Banco foi cometido por militantes do PT, com fins de arrecadação de recursos para o Partido. Se isso ocorreu, então seria um assalto político e eu votaria até a favor. Caso contrário, não o farei, mantereí a posição de voto contrário.

Eu gostaria que o representante do PT se manifestasse.

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) Está em votação.

O SR. RAFAEL GRECA - (Pela Ordem)

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) Pela Ordem, concedo a palavra ao Deputado Rafael Greca e informo que Vossa Excelência não pode mais encaminhar a votação, porque Vossa Excelência já usou o seu tempo necessário.

O SR. RAFAEL GRECA - Sendo impossível a presença do Líder Antônio Belinati neste Plenário para encaminhar a votação, como seria de justiça e de direito, eu tenho presente ainda uma recente entrevista de um líder do MR 8, hoje funcionário do PMDB na Prefeitura Municipal de Curitiba, no Jornal "O Estado do Paraná" de domingo, se não me engano, pedindo inclusive a manutenção do mandato de seis anos para o Presidente José Sarney e assumindo outras

posições conservadoras, considerando que a esquerda neste País já não é mais aquela, eu requeiro a verificação de "quorum".

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) A Mesa irá proceder à chamada nominal dos Senhores Deputados.

Solicito ao Senhor 1º Secretário que faça a chamada nominal dos Senhores Deputados.

(O Sr. 1º Secretário procede à chamada nominal).

O SR. 1º SECRETÁRIO - procede à chamada nominal.

O SR. NILTON BARBOSA - (Pela Ordem) Senhor Presidente, eu gostaria de indagar ao Deputado Rafael Greca, se ele solicitou verificação de votação ou chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) Esta Presidência solicitou a chamada nominal.

Não está sendo votado o requerimento, esta Presidência solicitou a chamada nominal.

Solicito ao Senhor 1º Secretário que continue a chamada nominal.

O SR. 1º Secretário - (José Alves) Procede à leitura da chamada nominal dos Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) Vinte e seis Senhores Deputados responderam a chamada. Não há "quorum" para deliberação e sim para prosseguimento da sessão.

O SR. PEDRO TONELLI - (Pela Ordem) Eu queria pedir escusas pelas dificuldades que nós temos de nos pronunciar neste dia, mas prometo que no momento em que estiver recuperado vou responder à indagação do líder da bancada do PMDB, bem como as informações distorcidas denunciadas hoje nesta Casa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) Esta Presidência agradece ao Deputado Pedro Tonelli pelas suas explicações, desejando-lhe um breve restabelecimento da sua saúde.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Senhores Ministro da Agricultura e Secretário da Agricultura, solicitando uma política de apoio ao pequeno agricultor. Em votação.

O SR. ALGACI TÚLIO - (Pela Ordem) Para

discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) Adia-se a discussão para a próxima Sessão, na forma do artigo 150 do Regimento Interno.

#### Explicações Pessoais:

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) Em Explicações Pessoais, concedo a palavra ao Deputado Luiz Carlos Alborghetti, inscrito.

O SR. ALGACI TÚLIO - (Pela Ordem) Queria apenas pedir desculpas ao companheiro Luiz Carlos Alborghetti em não poder ficar mais no Plenário, pois tenho um sepultamento às 16:30 e, infelizmente, tenho que me ausentar.  
Obrigado.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - Senhor Presidente e Senhores Deputados.

Há anos eu venho lendo o jornal "O Estado do Paraná". Quando era vereador em Londrina, quando era repórter, depois me elegi vereador e acompanhava as denúncias do jornal "O Estado do Paraná" a respeito de corrupções no Banco Del Paraná no Paraguai. Denúncias e mais denúncias. O jornal "O Estado do Paraná", numa constante, denunciando o Banco Del Paraná. Foi instalado nesta Casa uma CPI para averiguar o Porto de Paranaguá, foi instalada nesta Casa, a pedido do ilustre Deputado do Partido de Frente Liberal, David Cheriegate, o pedido para a instalação de uma CPI para averiguar os desmandos, os abusos e a corrupção no Banco Del Paraná. Explode o escândalo, aparece o Caixa 2, estava certo o Jornal "O Estado do Paraná".

Não vamos pensar agora em partido político, vamos pensar no ideal de servir ao Paraná, no ideal de servir ao meu Governador Álvaro Dias, ao Governador da transparência, ao Governador da honradez, do caráter e da hombridade. Vamos pensar agora que realmente o Jornal "O Estado do Paraná" estava certo nas denúncias que fazia de que havia irregularidades sérias no Governo passado. Não vamos pensar em paixões. Vamos analisar o fato na realidade. Foi elaborada uma CPI nesta Casa. Hoje vejo o ilustre Deputado de Ponta Grossa, meu querido Edmar Luiz Costa, em aparte ao ilustre Presidente Eduardo Baggio, pedir ao ilustre Deputado Eduardo Baggio que convoque as Lideranças para compor os suplentes para a CPI que vai averiguar os desmandos e a corrupção do Banco Del Paraná, que é do interesse do meu Governador Álvaro Dias, que é do interesse de um Governo que veio para descobrir os desmandos, a corrupção e a pouca vergonha, doa a

quem doer, porque Álvaro Dias tem um compromisso com o povo e também não é capacho de partido político!

Agora, digo aos Senhores, recentemente vi no jornal "O Estado do Paraná" que forças ocultas estariam por trás para que esta CPI não andasse. As forças ocultas seriam o Senador José Richa que estaria por trás, tentando segurar esta CPI.

Mas, vejo hoje o Deputado Edmar Luiz Costa pedindo ao Presidente Eduardo Baggio que lideranças desta Casa façam complementar os demais integrantes desta Assembléia, deste Poder, deste Parlamento, para que esta CPI possa andar, possa descobrir quem são os verdadeiros culpados que "meteram a mão no jarro", que roubaram este banco, que assaltaram o Banco Del Paraná. Esta Casa não pode se calar! Esta CPI tem que andar, doa a quem doer! Porque sou da opinião que lugar de ladrão é na cadeia. Ladrão que rouba o dinheiro do povo tem que pegar não é cadeia, é a pena de morte!

Vou mais além, Senhores Deputados. Vou mais além, Senhores, que me prestigiam nesta Casa nesta tarde, com a presença também do ilustre Deputado Rafael Greca, da Oposição, do ilustre Deputado Antônio Annibelli, meu Presidente. Digo aos Senhores que hoje recebi, fui atrás e fui ver o manual da "Gazeta Mercantil". Ao abrir as páginas de uma edição especial que faz a "Gazeta Mercantil" no cenário econômico "Quem é quem", vi que o Banco do Estado do Paraná é o terceiro banco estatal mais forte da Nação brasileira, o terceiro banco em arrecadação em depósitos neste país. Um banco forte, que tem a assinatura de um Governador sério, que tem uma diretoria séria, honrada e, à frente desta diretoria, tem um homem sério, honrado, que é o Dr. João Carlos Finardi. Então queria que esta CPI não confundisse o meu banco, o banco da minha família, o banco da família paranaense, que é o Banco do Estado do Paraná. Vejam bem, o primeiro em depósitos, estatal, é o BANESPA, o segundo o BANERJ e o terceiro agora é o BANESTADO. E a "Gazeta Mercantil", Senhor Presidente Eduardo Baggio, diz que o Banco do Estado do Paraná fechou estes seis meses com lucro. Isto é sinal que realmente o Banco do Estado do Paraná caminha bem, com suas próprias pernas. É um banco ilibado, é um banco sério. Por isso é que eu gostaria que não se misturasse o Banestado, o Banco do Estado do Paraná, com essa desgraça que criaram no Paraguai, chamado "Banco Del Paraná", sei lá, "Banco Del Paraná", que foi um caixa para se "meter a mão", para se arrambar, para se denegrir a imagem não do meu partido político, mas a imagem de homens sérios, idôneos, que estão dentro do meu partido, como é o meu Líder, Álvaro Dias, como são os meus líderes, Antônio Annibel-



li? José Felinto, Artagão Mattos Leão, Dirceu Manfrinato, Dr. Nelson Vasconcelos, Milton Barbosa, a minha bancada e, digo mais, os homens sérios também da Oposição, os homens idôneos que fazem política com o propósito de servir, não de roubar, não de "meter a mão" no dinheiro do povo do Paraná.

O Banco do Estado do Paraná é forte, Deputado Dirceu Manfrinato. Que não se mistura o Banco do Estado do Paraná, que tem a assinatura do Governador Álvaro Dias, homem íntegro e honrado, que tem assinatura de João Carlos Finardi, que tem assinatura desta Assembléia, tem assinatura de todos nós, do Presidente Antônio Annibelli, Lindolfo Júnior, Eduardo Baggio, e todos os componentes, de Caio Quintana, o meu Líder. É um banco idôneo, responsável e não se o misture com esse Banco del Paraná, que, graças a Deus, eu vejo no "Jornal "O Estado do Paraná" que vai ser vendido. É bom que se venda logo esse negócio. Perdemos dinheiro, mas que se acabe definitivamente com ele e que essa CPI prove definitivamente quem são os verdadeiros ladrões, porque lugar de ladrão é na cadeia.

Com a palavra, o Deputado Dirceu Manfrinato.

O Sr. Dirceu Manfrinato - Eu agradeço, a Vossa Excelência e quero endossar as suas palavras, nesse instante, quando Vossa Excelência fala do Presidente do Banco do Estado do Paraná, Dr. João Carlos Finardi. Nós queremos parabenizar, nessa oportunidade, o brilhante trabalho desenvolvido pela Presidência do Banco, não só pela Presidência, mas como pela Vice-Presidência do Banco, Dr. Edson, Diretores e pelos funcionários do Banco do Estado do Paraná.

É óbvio que a população do Paraná, através inclusive de um trabalho de Vossa Excelência, não só nesse Poder Legislativo, mas através das emissoras de televisão nas quais Vossa Excelência participa, estão conscientes de que o BANCO DO ESTADO DO PARANÁ e o BANCO DEL PARANÁ são totalmente diferentes.

Nós entendemos que o BANCO DO ESTADO DO PARANÁ foi um Banco criado para atender a demanda e a necessidade da população do nosso Estado. O BANCO DEL PARANÁ foi um Banco criado em outro País, apenas para atender aos interesses de grupos.

Temos que definir muito bem essa posição.

Na verdade, este banco não trouxe nenhum benefício ao povo do Paraná, apenas prejuízos ao Estado do Paraná. Quero parabenizar Vossa Excelência e, ao mesmo tempo, parabenizar o Governador Álvaro Dias pela postura firme, decisão firme de, evi-

dentemente, vender o BANCO DEL PARANÁ, para que o Paraná e a população paranaense não sofram mais prejuízos.

Obrigado.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - Tem a palavra o Deputado José Felinto.

O Sr. José Felinto - Quero parabenizar Vossa Excelência pelo seu pronunciamento e dizer que como o Banco Del Paraná, o Banco do Estado do Paraná já esteve em situações muito difíceis.

Quando assumiu o governo do Estado o Governador José Richa, o Banco do Estado do Paraná, não se levou a público, dadas as dificuldades e o medo de aumentar a demanda de clientes abandonando o Banco do Estado.

Foi recuperado no Governo passado e melhorado muito no Governo Álvaro Dias.

O BANCO DEL PARANÁ que foi criado pelo Senhor Jucundino Furtado, no Governo Ney Braga, e foi mais um suporte para os livros de capa-preta.

Devem ter sido muitos os livros usados por ele.

Com relação à CPI, nobre Deputado, este Deputado já manifestou de público a sua posição.

O Poder Legislativo não pode andar a reboque do Poder Executivo. O Poder Executivo na área administrativa apurou todas as denúncias de corrupção. Comprovadamente o Governador do Estado, em ato público no Palácio Iguagu, levou a público, diante da imprensa paranaense, da imprensa nacional, a situação do BANCO DEL PARANÁ, que se encontra, hoje, nos autos do inquérito, apurando e ouvindo as pessoas nele envolvidas no caso. Portanto, para este parlamentar em sua ótica pessoal, seria desnecessário a CPI para apurar o que já está apurado e público na questão da justiça.

Muito obrigado.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - É uma satisfação em ouvi-lo. Mas, já que esta CPI foi formada, gostaria que esta CPI fosse até o fim, doa a quem doer.

Para mim começou um novo Paraná. O Governador disse, pode ser que a maneira de andar seja a mesma, eu não me lembro muito bem do slogan, mas é o seguinte: "A maneira de andar pode ser a mesma, só que o jeito é diferente".

E tem que ser diferente para melhorar.

A aliança deste Governo é com o povo; justiça social, segurança, acaba com os desmandos, pensar na educação, pensar em muita coisa que tem que ser feita no Paraná. Estava certo o jornal "Estado do Paraná" quando fazia as denúncias. Seja lá quem for, seja desde a época do Governo José Richa...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Consulto o Deputado que está na tribuna se deseja fazer uso de mais tempo.  
Com a palavra por mais 30 segundos.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - O que me interessa é o seguinte. É que se apure a verdade. Eu já vi parte dos documentos na Secretaria de Segurança. Realmente são estarredores os depoimentos que ali se encontram. Muita coisa vai explodir ali e espero que os culpados sejam punidos a bem do povo do Paraná, porque não se pode mais admitir o que foi feito no BANCO DEL PARANÁ. Mas repito, BANCO DO ESTADO DO PARANÁ é o banco da família paranaense; é um banco forte, sério; um banco que veio, é um banco que é o orgulho do Paraná. E o BANCO DEL PARANÁ, essa desgraça que nasceu não sei da onde, que vá embora, que suma, desapareça, mesmo que cause prejuízo, mas que desapareça, mas que os culpados apareçam e que sejam metidos na cadeia. Porque nesse Governo não há espaço para ladrão e não há espaço para corrupto. Este Governo chama-se Álvaro Dias.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Em Explicações Pessoais, ainda, concedo a palavra ao Deputado José Domingos Scarpellini, inscrito.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI - Senhor Presidente e Senhores Deputados.

Ainda no mês de abril fizemos, através do nosso gabinete, uma representação ao Senhor Secretário de Segurança do Estado do Paraná pedindo providências sobre fatos que chegavam ao nosso conhecimento através de populares e através de algumas autoridades do Vale do Ivaí.

Naquela oportunidade encaminhávamos ao Senhor Secretário de Segurança uma denúncia que a nós tinha sido transmitida por várias pessoas de São João do Ivaí.

Ela descrevia que o Delegado de São João do Ivaí, Nelson Max Rumen, prendia inocentes, prendia e levava para uma lagoa localizada na periferia da cidade, onde praticava afogamentos nos presos, cometendo com isso um ato de tortura, condenado por nós e pelo programa de partido que apresentamos.

Levamos ao conhecimento do Senhor Secretário estes fatos, narrados, descritos em ofício, inclusive detalhando o que vinha ocorrendo na comarca de São João do Ivaí. No entanto, São João do Ivaí viu lá permanecer o seu delegado por mais alguns dias. Em uma manobra efetuada pela Polícia Civil do Estado do Paraná, de lá retiraram o delegado e o removeram para Londrina. Londrina, pelo que se sabe, rejeitou a idéia da permanência deste delegado, e o

mesmo, ao invés de ser afastado punido, foi removido para a cidade de Jandaia do Sul. Ele vai para Jandaia do Sul, quando deveria ir para o Ahu. Vai ser o Delegado Titular da Comarca de Jandaia do Sul. Portanto, para quem estava em São João do Ivaí, recebeu ele uma promoção.

Os fatos que descrevemos, naquela oportunidade, por si só já mereciam uma análise mais profunda por parte do Senhor Secretário de Segurança. Como se aquilo não bastasse, em Jandaia do Sul, o mesmo Delegado se envolve com um advogado de Guarapuava, um pistoleiro de Palmital, investido do cargo de delegado, da força que o oficialismo lhe dá, indo este contra uma família de agricultores de Jandaia do Sul. Em uma operação relâmpago, o advogado, o delegado e um pistoleiro de Palmital, achacam desta família, aproximadamente Cz\$ 500 mil cruzados, entre carro, cheques e notas promissórias, sob a alegação de que este cidadão de Jandaia estaria envolvido em um crime, lá em Palmital.

A família, solidária a esta vítima de extorsão, vai para a imprensa e faz a denúncia. Manchete no Jornal "Tribuna" da cidade de Apucarana, e manchete daquelas de arrebrantar com qualquer instituição e nós, novamente voltamos ao Secretário de Segurança, pedindo providências, pedindo a abertura de sindicância, e no entanto, já faz, aproximadamente um mês e o delegado não foi afastado.

Certamente pelo que me informou hoje o Delegado que preside o inquérito, o delegado Chefe da 17.ª Divisão Policial de Apucarana, Dr. Edelberto Lagana, disse-me que as provas não são convincentes para que haja qualquer prosseguimento na ação penal.

Ontem, em São João do Ivaí, foi pedido uma sindicância e abertura de inquérito. Foi este Deputado quem pediu. Passados mais de quatro meses, no entanto, não foi aberto o inquérito e nem pôde ter sido concluído, porque eu, que sou o denunciante até hoje não fui ouvido, para dizer quem são as vítimas de afogamento e de tortura. E no entanto, já se concluiu que não há indícios de violência.

Agora em Jandaia, a história se repete. Não há punição. E nós vamos ver repetir a mesma polícia do passado, a polícia que prendia, que dava pau de arara, afogamento, sem jamais ser responsabilizada pelos seus atos.

O Sr. Dirceu Manfrinato - Vossa Excelência me permite um aparte? (Assentimento do orador) - Eu gostaria de dizer que Vossa Excelência traz uma denúncia muito grave neste Poder Legislativo e evidentemente gostaria de reafirmar a Vossa Excelência de que as posições tomadas pelo Secretário

de Segurança do Paraná, Dr. Noronha, em alguns casos que eu tenho conhecimento, principalmente da região que eu represento neste Poder Legislativo, as providências têm sido tomadas afastando, inclusive, pessoas que tomam posições que não conferem com os princípios do pensamento do Governador Álvaro Dias.

E acho ilustre Deputado, que Vossa Excelência deveria mais uma vez procurar o ilustre Secretário de Segurança, porque as denúncias que Vossa Excelência faz, neste instante, elas não podem ficar impunes e acho que as medidas devem ser tomadas.

Vossa Excelência afirma que o delegado da Sub-Divisão Policial não apurou nenhuma irregularidade e que não tomou providências porque as provas não foram suficientes. Mas, tenho certeza que a denúncia que Vossa Excelência faz, neste instante, acima da palavra da responsabilidade do povo e de Vossa Excelência, e acima de tudo respaldado pelo mandato popular, merece a nossa credibilidade e o nosso respeito.

E acho que Vossa Excelência deveria procurar, mais uma vez, o nosso Secretário de Segurança do Paraná para as devidas providências, e eu quero acreditar, ilustre Deputado, que elas serão tomadas pelo Secretário.

Não quero desmerecer nenhum dos Secretários de Segurança, até quando assumíamos, em 1983, nesta Assembleia Legislativa do Estado do Paraná. Mas quero reafirmar que durante o pouco tempo em que o Dr. Noronha está à frente da Secretaria de Segurança, tem-se desbaratado quadrilhas influentes no nosso Estado, retornando a vários municípios do Paraná a tranquilidade e a segurança da população.

E Vossa Excelência há de convir, que só esta quadrilha que foi desbaratada, da qual faziam parte membros da Polícia Militar do Paraná, uma quadrilha que vinha agindo já há quatro anos atrás, e que este Deputado há mais de quatro anos atrás denunciou à Secretaria, denunciou ao ex-Governador José Richa e mais alguns órgãos de Segurança do meu Estado, e as denúncias foram em vão. Recebi até ameaças por telefonemas anônimos. Mas, felizmente, chegou-se praticamente ao final de tanta corrupção envolvendo pessoas da área de Segurança do Paraná, de tantas injustiças, de tantos assassinatos de inocentes e de tantos roubos feito nesse Paraná, através desse grupo que fazia parte da Polícia Militar do Paraná.

E aproveitando, ilustre Deputado, acho ainda que a segurança do nosso Estado tem muito a ser reformulado, ela tem que ter uma nova linguagem, um novo espírito de segurança, e não é através da violência policial que nós vamos sanar os problemas que afligem o nosso Estado. Nós temos que

ter uma polícia que se saiba lidar com a população com respeito, com educação, uma polícia que se sinta como sente qualquer cidadão brasileiro no nosso Estado.

Muito obrigado!

O SR. DOMINGOS SCARPELLINI - Agradeço o aparte de colaboração que vossa Excelência me concedeu, mas eu ainda fico com a minha posição, se o Senhor, no mandato passado, denunciava quadrilhas formadas dentro da própria Polícia e ninguém tomou providência, eu me vejo também agora em situação mais ou menos idêntica àquela que o Senhor exercia no período passado, porque apenas o desbaratamento de uma quadrilha, mas a manutenção ou a formação de outras, não é o nosso desejo e não é a nossa preferência, o que nós queremos ver, é eliminada por vez, de dentro da máquina administrativa do Estado, e principalmente em função das propostas de mudanças que o Governador Álvaro Dias vem fazendo, é que nós não podemos permitir que coisas dessa natureza aconteçam sem se levar ao conhecimento do Governador e das autoridades.

O Sr. Antônio Costenaro Neto - Vossa Excelência me concede um aparte? Assentimento.

Nobre Deputado José Domingos Scarpellini, nós estávamos no Gabinete e ouvimos o seu pronunciamento. Ele nos chamou a atenção porque se referiu algumas vezes à cidade de Jandaia do Sul, cidade essa que eu tenho como obrigação política e social e até por interesse econômico, preservar com maior carinho, com maior atenção. Nós chegamos até aqui para participar do seu discurso manifestar a nossa opinião...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Eu solicito do nobre Deputado se fará uso de mais tempo.

O SR. DOMINGOS SCARPELLINI - Mais algum tempo.

O Sr. Antônio Costenaro Neto - ...com relação a este fato. Nós temos algumas informações, não checamos a veracidade através da Secretaria de Segurança, mas tivemos oportunidade de fazer avaliação superficial quando do fato já acontecido com o Delegado Nelson no Município de São João do Ivaí, que recebeu acusações não me lembro de quem, mas recebeu várias acusações e nada foi comprovado contra o mesmo, e foi feito então a transferência na vacância de cargo da Delegacia de Jandaia do Sul; foi feita a transferência para Jandaia do Delegado Nelson, e ele, tão logo chegou àquela Comunidade, nós tivemos conhecimento do seu início de trabalho, da sua vontade de trabalhar, da sua maneira

de conviver na comunidade. Um jovem delegado até já com participação na sociedade comunitária, e que o seu trabalho parece, ao meu ver, que nada tem para se levantar suspeita, porque as acusações que lhe pesam nos ombros, que ocorreram há dias atrás, posso dizer ao nobre Deputado, que através da informação local, da emissora de rádio, o radialista "Pinga Fogo" fez uma denúncia veemente dos fatos e depois pela obrigação de apurar a veracidade, acabou concluindo que a notícia foi maliciosa, com objetivo de empanar o brilho do trabalho do Delegado Nelson, criando dificuldades sérias para aquele policial.

Eu penso que nós pretendemos, doravante, com a sua denúncia, acompanhar mais de perto, apesar de não termos recebido a solicitação do delegado, a proteção do seu trabalho, a tranqüilidade e, acredito eu, também a competência da indicação e a competência da exoneração é do PMDB, porque o Prefeito é do PMDB, o mando político é do PMDB. Nós apenas ficamos como mero espectadores e com a preocupação da defesa da causa dos homens de bem da nossa comunidade.

Portanto, do delegado Nelson, conheço um seu familiar, do Município de São João do Ivaí, pessoa digna de respeito, merece a minha confiança, deu-me a palavra de que ele faria um bom trabalho em Jandaia do Sul e que lá em São João do Ivaí ficou prejudicado porque ele começou a atingir pessoas que tinham interesses diversos até na política da cidade e que portanto foi obrigado a pedir a sua própria transferência para outro município e foi para Jandaia e lá, parece-me, para concluir, nobre Deputado, que está ocorrendo a mesma coisa.

Ele atacou diretamente a ferida de alguns problemas sérios que nós temos em Jandaia, tradicionais já, conhecidos pela população jandaiense e pela população dos municípios vizinhos, mas que dificilmente os delegados quando chegam e começam a trabalhar, levantam o programa, conseguem o êxito, dada a tranqüilidade, a segurança de grupos que manipulam e fazem o que bem entendem nas comunidades.

Muito obrigado.

O SR. DOMINGOS SCARPELLINI - Eu agradeço o aparte de colaboração que Vossa Excelência deu. Mas, Vossa Excelência ao dizer que nada pôde se comprovar contra o delegado Nelson, veio ao encontro exatamente daquilo que eu estava falando, como é que se pode comprovar alguma coisa contra um cidadão que está sendo denunciado, se não se ouve as partes denunciantes.

Das pessoas que me procuraram, dos fatos que relatei de São João do Ivaí, não foi ouvida nenhuma pessoa e nem feita uma

sindicância e nenhum inquérito administrativo ou policial. Assim realmente não se pode comprovar nada contra quem quer que seja.

O Sr. Antônio Costenaro Neto - Então Vossa Excelência está colocando em xeque aí o trabalho da Secretaria da Segurança.

O SR. DOMINGOS SCARPELLINI - Vossa Excelência que está dizendo.

Eu estou pedindo providências, eu estou fazendo uma narrativa de acontecimentos que estão a merecer um posicionamento sério por parte do Secretário da Segurança, porque nós não podemos permitir que se formem dentro da Polícia Civil uma casta de intocáveis delegados de polícia, porque quando nós denunciemos o delegado pelos atos que ele estava praticando em Jandaia do Sul, ali dentro da Delegacia um escrivão também havia tomado um "Galaxie" de uma vítima, por Cz\$ 10 mil cruzados e Vossa Excelência também deve ser testemunha disso, pois é na sua cidade. No entanto, o escrivão foi já punido, e o delegado ainda não. Ora, os jornais haviam noticiado a ação do escrivão nessa extorsão em que ele tomou um "Galaxie" de um cidadão e, no entanto, o escrivão estava lá com o "Galaxie", o delegado sabia da origem daquele carro e não havia tomado nenhuma providência. Só pela comissão, este já é um crime suficiente para que ele seja afastado do comando da delegacia.

Mas, Senhor Presidente, Senhores Deputados, como se isso não bastasse, como se não bastasse São João do Ivaí, como se não bastassem os fatos de Jandaia, na semana passada um jovem de 17 anos, parado no centro de Apucarana, com a sua namorada dentro do carro, é abordado por dois jovens que tentam lhe roubar o carro. Ele revida e leva um tiro na cabeça. Leva um tiro e cai ensanguentado na calçada; os populares o recolhem e levam-no para o hospital e fica este jovem internado em estado de coma durante 5 dias; durante 5 dias com vida apenas mecânica, e hoje pela manhã falece, vítima da ação de dois jovens menores delinquentes, que são presos em Guarapuava e removidos para Apucarana. E no entanto, quem deveria estar orientando o comando deste inquérito era o delegado de Polícia de Apucarana e, no entanto, quem aparece comandando o inquérito para apurar a responsabilidade pela morte desse menor de nome Marcel Casandri, é o delegado de Jandaia, que tem inclusive sob a sua tutela os dois presos que atentaram contra a vida de Marcel Casandri, e tem sob a sua responsabilidade os dois, porque a sociedade de Apucarana queria praticar um lin-

chamento contra esses dois moços que supostamente seriam os autores do disparo que ocasionou a morte deste jovem apucaranaense.

No entanto, a nossa preocupação aí aumenta, porque o Marcel Casandri é nosso primo; e quando surgiu o comentário, e quando alguns familiares queriam saber onde eles estavam para se reunirem em mais grupos para praticar o linchamento, que nós já havíamos condenado e pedido ao delegado titular da Delegacia de Apucarana para que tomasse as providências no sentido de retirar da área os dois supostos assassinos de Marcel, entendemos que esta medida viesse a trazer maior segurança para os dois indiciados. E, no entanto, o delegado de Jandaia deixa correr à "voz pequena" o comentário de que teriam sido transferidos para Jandaia para que o linchamento fosse executado lá.

E aí, Senhor Presidente, Senhores Deputados, que segurança é essa que nós temos quando o delegado que deveria estar afastado das suas funções ainda está a presidir um inquérito que envolve inclusive parentes de quem o havia denunciado.

Ora, Senhor Presidente, Senhores Deputados, que segurança pode ter o povo de uma comunidade que tem à sua frente um homem que não tem a preocupação e o zelo com os direitos humanos. Um homem que vive querendo tirar declarações à base de afofamento e de choque. E aqui, ilustre Deputado do PFL, Antônio Costenaro, fica a nossa crítica ao setor de polícia. Porque enquanto nós tivermos o FUNRESPOL comandado por alguns delegados que estão ultrapassados no pensamento e na maneira de agir, e enquanto nós tivermos delegado comprometido com práticas ultrapassadas, vencidas, nós não teremos um bom desempenho por parte da Polícia. E nós veremos, sim, atos de represália praticados pelo povo para vingar-se de ações arbitrárias praticadas por delegados, por delegados truculentos, por delegados que não respeitavam a vida. Porque de nada vale prender um ou dois, desbaratar uma ou outra quadrilha, se mantiver ainda o espírito autoritário e truculento dentro das corporações.

Ora, nós estamos pedindo isto tudo agora da tribuna, porque os ofícios já foram às dezenas, não só com relação a este delegado, ou com relação àquele escrivão lá da sua cidade que havia tomado um "Galaxie" de um cidadão, mas também com relação a outros delegados e a outros policiais...

O Sr. Antônio Costenaro Neto - Deputado Domingos Scarpellini, só para lembrar que este escrivão é natural de Apucarana, da sua Cidade, e que ele está prestando serviço em Jandaia, atualmente.

O SR. DOMINGOS SCARPELLINI - Eu não sei se ele é natural de Apucarana ou se ele é natural de Jandaia. Outro dia, também eu vi um cidadão que era de Jandaia e estava preso e condenado há mais de vinte anos aqui no Ahu e era nascido em Jandaia. Apenas para Vossa Excelência tomar conhecimento de que isso não é monopólio de Apucarana. E Vossa Excelência deve assumir a sua posição em defesa dos bons costumes, porque também há questão de alguns meses atrás, nós ouvimos comentários de que o "Pinga-Fogo", que é da Rádio de Jandaia, estava sendo demitido da rádio porque tinha flagrado, lá no centro de Jandaia, algumas moças praticando atos de libidinagem dentro do carro.

E já que o assunto é para se restabelecer a ação policial, nós precisamos pedir a ação policial para tudo.

Era isso que eu queria dizer.

Muito obrigado.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 14, à hora regimental, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

- 3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n.ºs 35/86, 199/86, 75/87, 83/87, 104/87 e 142/87.

Marca ainda, uma Sessão Ordinária, para quinta-feira, dia 15, às 10:00 horas, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

- 1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n.ºs 88/87, 129/87, 171/87 e 172/87.

Marca ainda, uma Sessão Extraordinária, para logo após, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

- 1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n.ºs 182/87, 186/87, 193/87 e 194/87.

Levanta-se a Sessão.

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SENHOR DEPUTADO NESTOR BAPTISTA, EM SESSÃO DO DIA 13 DE OUTUBRO DE 1987.

#### FERAS ENCURREALADAS, APENAS

Recente pesquisa de opinião pública dada a conhecer à Nação mostrou o ocaso do prestígio da classe política. Mostrou também que o maior anseio do cidadão brasileiro, hoje, está centrado na austeridade administrativa, no correto trato do dinheiro público, na punição de culpados da má gestão da coisa pública.

O governador Álvaro Dias assumiu o Go-

verno mostrando disposição de levar até o fim - às últimas conseqüências - a proposta de austeridade. Atende aos reclamos populares, faz-se coerente com toda sua biografia política. E na tarefa proposta não tem poupado nem a aliados muito próximos, todos sabemos. Com isso, viu ampliada a aceitação popular ao seu Governo. É o governador que aparece, sobranceiro, folgadoamente em relação aos demais, como aquele que tem o quase total placet do contribuinte.

Ora, no País da impunidade, punir passou a ser exceção. Faz parte da tragicomédia brasileira que os senhores da política montaram desde a chegada de Cabral e aperfeiçoada com o regime republicano. Uma exceção que Álvaro Dias encarna, ao materializar proposta de campanha, de austeridade.

Claro que as denúncias que agora ganham foros de verdade - porque começam a ser repetidas à exaustão, na imprensa nacional -, partidas de uma ex-funcionária do Promopar, acusada do desvio de Cz\$ 1 milhão dos cofres públicos, não suportam um exame isento e acurado. Elas surgem implicando o secretário da Agricultura do Estado, um assessor do governador. Vêm a público - é de se estranhar! - 15 meses depois da prática dos delitos. Por 15 meses a denunciada e seus cúmplices ficaram silentes, diante dos aumentos exorbitantes

que promoveram em suas folhas de pagamentos. Aumentos que, no caso da psicóloga que acaba de depôr na polícia, chegaram a 1.000%.

Das duas, uma: ou o rompante de moralidade da acusada e de seus comparsas tem de ser visto como estranhamente tardio; ou o governador do Estado e seus auxiliares, se co-partícipes fossem do delito, estariam sendo - no mínimo - insanos, com a determinação das prisões administrativas no Promopar.

A lógica, no raciocínio exposto, é irresponsável. E a conclusão é simples: apanhados pelas provas irrefutáveis dos delitos praticados, funcionários desonestos tentam agora reverter a peça policial. É uma velha técnica, que os malabaristas do Direito conhecem bem. Mas a que a Justiça e os cidadãos decentes do Paraná assimilam como o *jus sperneandi* de feras encurraladas. E a elas votam, naturalmente, o repúdio que merecem.

O resto, neste caso do Promopar, pode ficar por conta, também, de um certo lobby nacional, já identificado, vivamente interessado em retirar de Álvaro Dias a posição de respeitabilidade e aceitação, entre os paranaenses, que o governador construiu justamente por não tergiversar. E por cumprir a palavra. Num País onde os administradores coerentes e de palavra são verbetes raros na História Política do Brasil.